



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

Diretor-Geral: ACYR CASTRO

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXIX — 72.º DA REPÚBLICA — NUM. 19.620

BELEM — QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1961

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 30 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve tornar sem efeito o ato
de 11 de fevereiro de 1957, que
nomeou Alvaro dos Santos Para-
nhos para exercer, interinamente,
o cargo de Escrivão do Registro
Civil em Santa Rosa, distrito ju-
diciário da Comarca da Vigia, em
virtude de o mesmo não ter as-
sumido o exercício do cargo no
prazo legal.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de maio de 1961.
Newton Burlamaqui de Miranda
Governador do Estado em
exercício

Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 30 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve tornar sem efeito o ato
de 8 de agosto de 1960, que no-
meou, de acordo com o art. 58,
da Lei n. 1844, de 30 de dezem-
bro de 1959 (Código Judiciário),
Ernestino Souza para exercer o
cargo de 2.º Suplente de Pretor
na novação Penhalonga, distrito
judiciário da Comarca da Vigia,
em virtude de o mesmo não ter
assumido o exercício do cargo no
prazo legal.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de maio de 1961.

Newton Burlamaqui de
Miranda

Governador do Estado
em exercício

Pedro Augusto de Moura Palha
Resp. pelo exp. da Secretaria de
Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 30 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve tornar sem efeito o ato
de 8 de agosto de 1960, de acordo
com o art. 58, da Lei n. 1844, de
30 de dezembro de 1959 (Código
Judiciário), Juvenal Costa Seixas
para exercer o cargo de 1.º Su-
plente de Pretor na Povoação Pe-
nhalonga, distrito judiciário da
Comarca da Vigia, em virtude de
o mesmo não ter assumido o
exercício do cargo no prazo legal.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de maio de 1961.

Newton Burlamaqui de
Miranda

Governador do Estado
em exercício

Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR:

Dr. AURÉLIO CORREA DO CARMO

VICE-GOVERNADOR:

Dr. NEWTON MIRANDA

SECRETARIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Dr. ARNALDO MORAIS FILHO

SECRETARIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Dr. PARICLES GUEDES DE OLIVEIRA

SECRETARIO DE FINANÇAS:

Dr. JOSÉ MARIA MENDES PEREIRA

SECRETARIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. AMILCAR CARVALHO DA SILVA

SECRETARIO DE OBRAS, TERRAS E ÁGUAS:

Dr. ANTONIO VILHIA

Respondendo pelo Expediente

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Prof. ANTONIO GOMES MOREIRA JUNIOR

SECRETARIO DE PRODUÇÃO:

Dr. JOSÉ MARIA CHAVES DA COSTA

Respondendo pelo Expediente

SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. EVANDRO RODRIGUES DO CARMO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Sr. CAVALEIRO DE MACEDO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 30 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve nomear, de acordo com
o art. 54, da Lei n. 2284-A, de
18 de março do corrente ano
(Organização da Justiça do Estado
— Código Judiciário), Manoel As-
sis de Oeiras para exercer o car-
go, que se acha vago, de 2.º Su-
plente de Pretor em Vista Alegre,
distrito judiciário da Comarca de
Curuçá.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de maio de 1961.

Newton Burlamaqui de
Miranda

Governador do Estado
em exercício

Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 30 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve nomear, de acordo com
o art. 54, da Lei n. 2284-A, de

18 de março do corrente ano
(Organização da Justiça do Estado
— Código Judiciário), Raimundo
Santana da Paixão para exercer
o cargo, que se acha vago, de 1.º
Suplente de Pretor em Vista Ale-
gre, distrito judiciário da Comar-
ca de Curuçá.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 30 de maio de 1961.

Newton Burlamaqui de
Miranda

Governador do Estado
em exercício

Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve nomear, de acordo com
o art. 474, da Lei n. 2284-A, de
18 de março do corrente ano,
Eleonor Mendes Carvalho para
exercer, interinamente, o cargo de
Oficial do Registro Civil de Nas-
cimentos e Óbitos da 1.ª Circuns-

crição da Comarca da Capital.
Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

Newton Burlamaqui de
Miranda

Governador do Estado
em exercício

Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado :
resolve nomear Elizabeth Dan-
tas Monteiro para exercer, em
substituição, o cargo de Escrivão
do Registro Civil em Santo An-
tonio do Tauá, distrito judiciário
da Comarca da Vigia, durante o
impedimento do titular: efetivo,
Antonio Leovigildo Figueiredo
Monteiro.

LEIA NESTA EDIÇÃO SUMÁRIO

SEÇÃO I

ATOS DO PODER

EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Decretos de nomeação e tor-
nando sem efeito de 30 e
31/5/61.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

Decretos de exoneração e no-
meação de 16/5/61.

SECRETARIA DE ESTADO DE E. E. CULTURA

Decretos de exoneração, no-
meação e licença de 12, 16
e 17/5/61.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, T. E ÁGUAS

Decretos de exoneração, no-
meação, promoção e licen-
ça de 26 e 29/5/61.

Homologações de sentenças
pelo Exmo. Sr. Governador,
em 6/6/61.

Despachos do Exmo. Sr. Go-
vernador, em 12/10/60.

Portaria n. 58, de 5/6/61, bai-
xada pelo Sr. Secretário.

Despachos do Sr. Secretário,
em 6/6/61.

Sentenças proferidas pela Sr.
Secretária, em 5/6/61.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Despachos do Sr. Diretor Ge-
ral, em 7/6/61.

SEÇÃO II

Atos do Poder Judiciário DIÁRIO DA JUSTIÇA

SEÇÃO III

DOLIFIM ELEITORAL

SEÇÃO IV

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

IMPrensa Oficial do Estado

Redação, Administração e Oficinas:

Avenida Almirante Barroso, 340 — Fone: 9998

Diretor — Sr. ACYR CASTRO

Secretário — Sr. AUGUSTO SOARES

Redator-chefe — Sr. MOACIR DRAGO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 1.000,00
Semestral " 500,00
Número avulso. " 5,00
Número atrasado " 6,00

Estados e Municípios:

Anual Cr\$ 1.500,00
Semestral " 750,00

O custo do exemplar dos órgãos oficiais, na venda avulsa, será acrescida de Cr\$ 5,00 ao ano.

PUBLICIDADE:

1 página de contabilidade,
1 vez — Cr\$ 3.000,00.

1 página comum, 1 vez —
Cr\$ 2.000,00.

Por mais de duas vezes —
10 % de abatimento.

Mais e cinco vezes — 30 %
de abatimento.

O centésimo, por coluna —
Cr\$ 3,00.

EXPEDIENTE

As repartições públicas devem remeter a matéria destinada à publicação até às doze e trinta (12,30) horas, excetuando os sábados, em original datilografado em uma só face do papel e devidamente autenticada, devendo as rasuras e emendas ser sempre ressalvadas por quem de direito. As reclamações, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito à Diretoria, das sete e trinta (7,30), às treze e trinta (13,30) horas e no máximo, vinte e quatro (24) horas após a saída dos órgãos oficiais. A matéria paga será recebida das oito e trinta (8 e 12,30) horas, e, excetuando os sábados, das quatorze (14) às dezessete (17) horas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressor o número de talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectivo renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e as iniciativas em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheques ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE
MIRANDA

Governador do Estado
em exercício
Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 54, da Lei n. 2284-A, de
18 de março do corrente ano
(Organização da Justiça do Estado
— Código Judiciário), Ernesto
Souza para exercer o cargo, que
se acha vago, de 1.º Suplente de
Pretor, na povoação Penha-Longa,
distrito judiciário da Comarca da
Vigia.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE
MIRANDA

Governador do Estado
em exercício
Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve nomear Raimunda Costa,
escrevente juramentada, para
exercer, em substituição, o cargo
de Escrivo de Registro Civil na
vila de Colares, distrito judiciário
da Comarca da Vigia, durante o
impedimento do titular efetivo,
Manoel da Fonseca Gama.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE
MIRANDA

Governador do Estado
em exercício
Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 54, da Lei n. 2284-A, de
18 de março do corrente ano
(Organização da Justiça do Estado
— Código Judiciário), Florencio
de Moraes Pinheiro para exercer
o cargo, que se acha vago, de 1.º
Suplente de Pretor em Santo Antonio
de Tauá, distrito judiciário
da Comarca da Vigia.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE
MIRANDA

Governador do Estado
em exercício
Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da
Secretaria do Interior e Justiça

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 54, da Lei n. 2284-A, de
18 de março do corrente ano
(Organização da Justiça do Estado
— Código Judiciário), Juvenal
Costa Seixas para exercer o cargo
de 1.º Suplente de Pretor na
Povoação "Penha-Longa", distrito
judiciário da Comarca da Vigia.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE
MIRANDA

Governador do Estado
em exercício
Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da

DECRETO DE 31 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve nomear Alvaro dos Santos
Paranhos para exercer, interinamente,
o cargo de Escrivo do
Registro Civil em Santa Rosa, distrito
judiciário da Comarca da Vigia.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE
MIRANDA

Governador do Estado
em exercício
Pedro Augusto de Moura Palha
Respondendo pelo expediente da

— A VISO —

Está funcionando todos os dias, das 8 às 11,30 horas,
um Pôto de Venda do DIÁRIO OFICIAL e de recebimen-
to de matérias para publicação, no salão de entrada do
Departamento de Serviço Público (D.S.P.), no Palácio
Lauro Sodré, excetuando os sábados.

A DIREÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DECRETO DE 16 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve exonerar, de acordo com
o art. 75, item II, da Lei n. 749,
de 24 de dezembro de 1953, Lau-
reano Corrêa do Amaral, do cargo
de Servente, padrão E, do Qua-
dro Único, lotado na Procuradoria
Fiscal da Secretaria de Estado de
Finanças.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 16 de maio de 1961.

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado
José Maria Mendes Pereira
Secretário de Estado de Finanças

DECRETO DE 16 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve nomear, de acordo com
o art. 12, item IV, alínea b), da
Lei n. 749, de 24 de dezembro
de 1953, Laureano Corrêa do
Amaral, para exercer, interina-
mente, o cargo de Oficial Auxi-
liar, padrão I, do Quadro Único,
lotado no Departamento de Des-
pesa da Secretaria de Estado de
Finanças.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 16 de maio de 1961.

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado
José Maria Mendes Pereira
Secretário de Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 12 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve conceder, de acordo
com o art. 107, da Lei n. 749,
de 24 de dezembro de 1953,
a Yara Tocantina de Queiroz
Maia, ocupante do cargo de pro-
fessor de 3.ª. entrância, padrão
H, do Quadro Único, lotado em
Grupo Escolar da Capital, 90 dias
de licença para tratamento de
saúde, a contar de 8 de fevereiro
a 8 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 12 de maio de 1961.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação
e Cultura.

DECRETO DE 12 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve conceder, de acordo
com o art. 98, da Lei n. 749,
de 24 de dezembro de 1953,
a Maria Raimunda Santos Fer-
nandes Mello, ocupante do cargo
de professor de 1.ª. entrância, pa-
drão A, do Quadro Único, lotado
no Grupo Escolar de Gurupá, 60
dias de licença para acompanhar
pessoa da família, a contar de 1
de março a 29 de abril do cor-
rente ano.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 12 de maio de 1961.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação
e Cultura.

DECRETO DE 12 DE MAIO
DE 1961

O Governador do Estado:
resolve conceder, de acordo
com o art. 105, da Lei n. 749,
de 24 de dezembro de 1953,
a Leonor Lisboa Pereira de Araújo,
ocupante do cargo de profes-
sor de 1.ª. entrância, padrão A, do
Quadro Único, lotado no Interior.

90 dias de licença-reposu, a contar de 1 de março a 29 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Pereira de Almeida, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar de Ponta de Pedras, 90 dias de licença-reposu, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Iraci Brito Rodrigues Palheta, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado nas Escolas Reunidas do Bairro Arapiranga, município de Vigia, 90 dias de licença-reposu, a contar de 3 de abril a 1 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Antonia Bezerra de Souza, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado no Grupo Escolar de Marabá, 90 dias de licença-reposu, a contar de 1 de março a 29 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Antonia Lima Costa dos Santos, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado no Interior, 90 dias de licença-reposu, a contar de 21 de março a 18 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Luciola Nogueira Teles, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado na escola do lugar Anauera, município de Nova Timbeteua, 90 dias de licença-reposu, a contar de 1 de março a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Lucimar de Araújo Cardoso, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado no Grupo Escolar "Sílvia Nascimento", em Santa Izabel do Pará, 90 dias de licença-reposu, a contar de 11 de março a 8 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 16 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, a partir de 3 de abril do corrente ano e de acordo com o art. 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Francisco Paulo do Nascimento Mendes, do cargo de Professor da cadeira de Português, do Quadro Único, com lotação no Colégio Estadual "País de Carvalho".

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 16 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Acv de Jesus Neves de Barros Pereira, para exercer interinamente, o cargo de Professor da cadeira de Português, do Quadro Único, com lotação no Colégio Estadual "País de Carvalho", vago com a exoneração, a pedido, de Francisco Paulo do Nascimento Mendes.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a normalista Maria Arruio Pinto, para exercer interinamente, o cargo de Professor de 3.ª. entrância, padrão H, do Quadro Único, lotado em Grupo Escolar

da Capital.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a normalista Edith Conceição Rodrigues Lobo, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 3.ª. entrância, padrão H, do Quadro Único, lotado em Grupo Escolar da Capital.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Célia da Paz Boulhosa, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Severina Carvalho dos Santos, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Názila de Sousa Pereira, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro

de 1953, Antonieta de Moraes Noronha, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Marisa Machado Tavares, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Hilda Damasceno Paixão, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado na escola agrupada do Quilômetro 2, Ramal do Praia, município de Igarapé-Açu, 90 dias de licença-reposu, a contar de 23 de março a 20 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Luiza França de Oliveira Alves, ocupante do cargo de professor de 2.ª. entrância, padrão D, do Quadro Único, lotada na escola mista do Guamá em Icoaraci, 90 dias de licença-reposu, a contar de 10 de fevereiro a 10 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.
AURELIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Gomes da Silva Oliveira, ocupante do cargo de professor de 2.ª. entrância, padrão D, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar de São Miguel do Guamá, seis (6) meses de licença especial, correspondente ao decênio de

DIÁRIO OFICIAL

Órgão do Governo Paraense, com edição diária e uma circulação total de mil exemplares.

12-5-949 a 12-5-959.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria de Nazaré da Conceição Rebelo, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado na escola do Igarapé Panama, município de Ponta de Pedras, 90 dias de licença-reposo, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Ana da Silva Corrêa de Siqueira, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado na escola do lugar Algodão, município de Maracanã, 90 dias de licença-reposo, a contar de 6 de abril a 4 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Antonia Teixeira Ribeiro, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar de Ponta de Pedras, 90 dias de licença-reposo, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Luiza Neco Cardoso, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado no Grupo Escolar de Anhangá, 90 dias de licença-reposo, a contar de 1 de abril a 29 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Angelina Viana Leitão, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado no Interior, 90 dias de licença-reposo, a contar de 21 de março a 18 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Esmeralda Monteiro Gonçalves, ocupante do cargo de professor de 2.ª. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado em escolas do Subúrbio da Capital, 90 dias de licença-reposo, a contar de 15 de março a 12 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Elaiça Braga, ocupante do cargo de professor de 1.ª. entrância, padrão A, do Quadro Único, lotado na escola do lugar Guara-jubal, município de Marapanim, 90 dias de licença-reposo, a contar de 10 de outubro do ano passado a 7 de janeiro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

DECRETO DE 17 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Jucirene Sidrim dos Santos, ocupante do cargo de professor de 3.ª. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado em Grupo Escolar da Capital, 90 dias de licença-reposo, a contar de 1 de março a 29 de maio do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de maio de 1961.

Dr. AURELIO CORREA DO CARMO

Governador do Estado
Antônio Gomes Moreira Júnior
Secretário de Estado da Educação e Cultura.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E AGUAS

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve exonerar, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Osvaldo Pereira da Silva, do cargo de Servente, padrão E, do Quadro Único, lotado no Departamento Es-

tadual de Águas.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Dilson Silva de Jesus, para exercer, interinamente, o cargo de Servente, padrão E, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas vago com a exoneração de Osvaldo Pereira da Silva.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Osvaldo Pereira da Silva, para exercer interinamente, o cargo de Auxiliar de Escritório, classe E, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, vago com a exoneração de Maria Lucia Cunha de Santana.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Lourival Lobo, para exercer, efetivamente, o cargo de Servente Abridor e Fechador, padrão E, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da S.E.O.T.A., vago com a aposentadoria de Miguel Ferreira de Souza.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Francisco Pereira, para exercer, efetivamente, o cargo de Servente Abridor e Fechador, padrão E, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, vago com a aposentadoria de Felisdório de Oliveira.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Ezequiel Pinheiro, para exercer, interinamente, o cargo de Encanador, padrão G, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, vago com a aposentadoria de José Manoel Ferreira.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Deodato Araújo, para exercer, efetivamente, o cargo de Encanador, padrão G, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, vago com a aposentadoria de Afonso Wolfango de Barros.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Oscarino Queiroz, para exercer, efetivamente, o cargo de Encanador, padrão G, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, vago com a aposentadoria de Deocleciano Rodrigues de Castro.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Dário Queiroz, para exercer, efetivamente, o cargo de Encanador, padrão G, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, vago com o falecimento de Djalma Galvão Menezes.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUE DE MIRANDA

Governador do Estado em exercício
Antônio Vieira

Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749,

de 24 de dezembro de 1953, Maria Lucia Matos da Cunha, para exercer, efetivamente, o cargo de Escriturário, classe G, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, vago com a promoção, por antiguidade, de Adair Leal Monteiro, para a classe H.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
Antônio Vieira
Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve promover, por antiguidade, de acordo com o art. 39, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Adair Leal Monteiro, do cargo da classe G, da carreira de Escriturário, do Quadro Único, do Departamento Estadual de Águas, ao cargo da classe H, dessa mesma carreira, com lotação no mesmo Departamento, vago com a exoneração, a pedido, de João Antunes do Couto.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
Antônio Vieira
Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Graciema Cunha Chaves, ocupante do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão J, do Quadro Único, lotado na Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 90 dias de licença repouso, a contar de 14 de maio a 11 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
Antônio Vieira
Respondendo pela Secretaria de Obras, Terras e Águas

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Luiza da Silva Costa, para exercer, interinamente, o cargo de Atendente, classe F, do Quadro Único, lotado no Centro de Saúde n. 2, da Secretaria de Estado de Saúde Pública, vago com a exoneração de Maria Célia de Castro Vieira Pinto.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1961.

Dr. AURÉLIO CORREIA DO CARMO
Governador do Estado
Amílcar Carvalho da Silva
Secretário de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve aposentar, de acordo com o art. 159, item III, da Lei

n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1257, de 10-2-56 e mais os arts. 161, item II, 138, inciso V, 143, 145 e 227 da mesma Lei 749, Maria Rodrigues de Lima, extanumerária equiparada do Hospital Juliano Moreira, da Secretaria de Estado de Saúde Pública percebendo nessa situação, os proventos anuais de Cr\$ 101.240,00 (cento e um mil seiscientos e quarenta cruzeiros), correspondente aos vencimentos integrais, acrescido de 10% referente ao adicional por tempo de serviço, já incluído o abono de emergência concedido pela Lei n. 2172, de 17-1-1961.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
Amílcar Carvalho da Silva
Secretário de Estado de Saúde Pública

DECRETO DE 31 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item 12, alínea b), da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, o Sr. Octávio de Freitas Leite, para exercer, interinamente, o cargo de Médico, do Quadro Único, lotado no Hospital dos Servidores Público do Estado, criado pela Lei n. 2114, de 29-12-1960.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
Amílcar Carvalho da Silva
Secretário de Estado de Saúde Pública

SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve aposentar, de acordo com o art. 191, § 1.º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 138, inciso V, 143, 145, 227 e 162, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Dionísio Faria Maciel, no cargo de "Diretor de Expediente", do Quadro Único, lotado no Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Produção, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 393.712,00 (trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e doze cruzeiros), correspondente aos vencimentos integrais do cargo, acrescidos de 20% referente ao adicional, 20% por cento por ter 35 anos de serviço, já incluído o abono de emergência concedido pela Lei n. 2.172 de 17 de janeiro de 1961.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
José Maria Chaves da Costa
Resp. pelo exp. da Secretaria de Estado de Produção

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 1961

O Governador do Estado resolve aposentar, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1.257 de 10-2-56 e mais os arts. 161, item II, da mesma Lei 749, Hermenegildo Pantoja

Barral, no cargo de "Agrônomo", do Quadro Único, lotado no Departamento de Produção Vegetal e Mineral da Secretaria de Estado de Produção, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 250.800,00 (duzentos e cinquenta mil e oitocentos cruzeiros), correspondente aos vencimentos integrais do cargo, já incluído o abono de emergência, concedido

pela Lei n. 2.172 de 17-1-1961.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de maio de 1961.

NEWTON BURLAMAQUI DE MIRANDA
Governador do Estado
em exercício
José Maria Chaves da Costa
Resp. p/ exp. da Secretaria de Estado de Produção

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECEITA

Expediente despachado pelo Sr. Diretor do Departamento de Receita.

Em, 31/5/61.

Processos:

N. 3122, de Braz Grizolla & Irmão — A 2a. Seção, para os devidos fins.

N. 3141, de Moacyr Rodrigues de Santana — A Secretaria deste Depto. para os devidos fins.

N. 3137, de José Vicente Soares — Como pede, verificado e dada a baixa no Manifesto Geral, entregue-se.

N. 3147, de Marie Pierre Eugene Vinson — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

N. 3142, de João Batista Viana do Couto — Idem.

N. 3148, da Tuna Luzo Comercial — Como pede, verificado, permita-se a entrega.

N. 3143, da Cia. de Seguros Aliança do Pará — Como pede, verificado e dada a baixa no Manifesto Geral, entregue-se.

N. 256, do Estabelecimento Regional de Subsistência — 8a. R. Militar — Verificado, entregue-se.

N. 260, Idem — Idem.

N. 257, Idem — Idem.

N. 258, Idem — Verificado, permita-se o embarque.

N. 25, do Banco de Crédito da Amazônia S/A. — Verificado, entregue-se.

N. 3-OSG-216, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — Idem.

N. 3-OSG-214, Idem — Verificado, permita-se o embarque.

N. 3156, da União Norte Brasileira da Igreja Adv. do 7o. Dia — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

N. 3146, do Consulado Geral do Japão — Como pede, verificado e dada a baixa no d. Geral, entregue-se.

N. 3150, de Comércio e Ind. Pires Carneiro S/A. — Como pede, ao sr. chefe do Posto Fiscal de Icoaraci, para assistir e informar.

N. 3159, da UZINA Progresso Ltda. — Como pede, verificado e dada a baixa no M. Geral, entregue-se.

N. 3158, do Alto Tapajós S/A. — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

N. 3162, do Sindicato dos Estivadores do Pará — Como pede, verificado e dada a baixa no M. Geral, entregue-se.

N. 3155, de A. G. Maia Madeiras Ltda. — A 1a. Seção, para os devidos fins.

N. 158, do Ministério da Agricultura — Verificado, entregue-se.

N. 3157, da Cia. Automotriz Brasileira — A 1a. Seção, para os devidos fins.

N. 3170, de José Mendes Martins — Como pede, verificado e dada a baixa no M. Geral, entregue-se.

S/n., da C. O. A. P. — Arquivo-

se.

N. 3160, de Alberto Ferreira & Cia. Ltda. — Como pede, a Seção, Mecanizada para os devidos fins.

N. 3151, de Paulo Toshio Chashi — Como pede, verificado e dada a baixa no M. Geral, entregue-se e transfira-se para o Coqueiro.

N. 3152, de Arthur Basilio dos Santos — Idem.

N. 3172, de Ferreira d'Oliveira Comércio e Navegação S/A. — Ao Chefe do Cais do Porto, para assistir e informar.

Em, 3/6/61.

N. 3173, de Moore Mc Cormack — Como pede, verificado permita-se o embarque.

N. 132, da Campanha Nacional de Merenda Escolar — Verificado, permita-se o embarque.

N. 3178, de J. J. Hage — Como pede, verificado e dada a baixa no Manifesto Geral, entregue-se.

N. 3186, de Antonio Navegantes — Idem.

N. 3191, do Escritório Técnico de Agricultura — Projeto 54 — Como pede verificado permita-se o embarque.

N. 3182, da Granja Desilena — Como pede, verificado e dada a baixa no Manifesto Geral, entregue-se e transfira-se para o Coqueiro.

N. 3185, de Antonio Raimundo Barros — Como pede, verificado, entregue-se.

N. 3200, de Feliciano Santos — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

N. 3198, da Cruzada de Evangelização Mundial — Idem.

N. 3197, de Arlo L. Heinrichs — Idem.

N. 3199, de La Vera Betts — Idem.

N. 3187, de Hotéis do Pará S/A. — Como pede, verificado e dada a baixa no Manifesto Geral, entregue-se.

N. 3115, do Serviço Especial de Saúde Pública — Verificado, entregue-se.

N. 3114, Idem — Idem.

N. 3184, de Texaco (Brasil) Inc. — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

N. 3183, Idem — Idem.

N. 3190, de Hotéis do Pará S/A. — Como pede, verificado e dada a baixa no M. Geral, entregue-se.

N. 3189, Idem — Idem.

N. 3188, Idem — Idem.

N. 3177, da Prelazia do Acre e Purus — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

N. 3192, das Missões Salesianas do Rio Negro — Dom José Domitrovitch — Idem.

N. 3176, da Prelazia de Juruá — Dom José Ascher — Idem.

N. 3175, da Prelazia de Labrea — Dom José Alvares Macua do Perpétuo Socorro — Idem.

N. 123, do Petróleo Brasileiro S/A. — Como pede, verificado, permita-se a passagem no Co-

queiro.

— N. 122, do Petróleo Brasileiro S/A. — Como pede, verificado, permita-se e passagem no Coqueiro.

— N. 3174, da Companhia Industrial do Brasil — Ao funcionário Afonso Braga, para assistir e informar.

— N. 3057, da Importadora & Exportadora Ltda — A 2.ª Secção, para os devidos fins.

— N. 3179, de Gonçalves Pinheiro & Cia. Ltda. — Como pede, verificado, permita-se o embarque.

— N. 173/A4/1258, do Quartel General da 1.ª Zona Aérea — Verificado, embarque.

— N. 174/A4/1259, Idem —

Idem.

— N. 179/A4/1276, Idem —

Idem.

— N. 180/A4/1277, Idem —

Idem.

— N. 178/A4/1274, Idem —

Idem.

— N. 175/A4/1265, Idem — Verificado, entregue se.

— N. 3208, de Pacha & Cia. — A 1.ª Secção, para os devidos fins.

— N. 3181, do Dr. Arthur Melo — Como pede, verificado e dada a baixa no M. Geral, entregue se.

— N. 3209, de Americo Mendes & Cia. — Ao chefe do Posto Fiscal de Mosquito, para assistir e informar.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E AGUAS

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Fortunato Machione.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Antônio Corrêa Buqueira.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos

de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Manoel da Paula Souza.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Waldemar Machione.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Con-

ceição do Araguaia, em que é discriminante: — Osório Cândido de Aguiar.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Aguinaldo de Luca.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Benedito Nativo Figueiredo.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Geni Araújo de Souza.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Maria Leda Morgado Ferreira.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Sentença proferida pelo Exmo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante: — Manoel Carneira.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres Técnicos, Jurídicos e Administrativo do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para os ulteriores legais.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, 5 de maio de 1961.

Antônio Dias Vieira

Resp. pelo exp. da S.E.O.T.A.

Homologação de sentença proferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no município de Almerim, em que é requerente: Joaquim Moreira de Azevedo.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que publicada a sentença favorável ao requerente no DIÁRIO OFICIAL de 23-3-61, nenhum recurso foi contra o mesmo interposto;

Considerando tudo o mais que dos autos consta:

Homologo a sentença de fls. 11, proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao S.E.O.T.A., para os ulteriores legais.

Belém, 6 de junho de 1961.

Dr. AURELIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado

Homologação de sentença proferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no município de Juruti, em que é requerente: Laureano Bruce de Castro.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que publicada a sentença favorável a requerente no DIÁRIO OFICIAL de 22-3-61, nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

Considerando tudo o mais que dos autos consta:

Homologo a sentença de fls. 18, proferida pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I.O. e volte ao S.E.O.T.A., para os ulteriores legais.

Belém, 6 de junho de 1961.

Dr. AURELIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado

Despachos proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Em 12-10-1960.

Processos:

5132, de Francisco Sales Besa. — Concedo licença inicial, pagas as taxas devidas, inclusive Imposto Territorial Rural.

3833, de José Izidoro de Almeida. — Indeferido. Arquivase, em face das informações prestadas pela Seção Técnica do SCR.

N. 3533, de Dilma Requeijo Guerreiro. — Concedo licença inicial, desde que não haja interferência com áreas já arrendadas, licenciadas, de propriedade particular, etc., devidamente legalizadas, pagas as taxas devidas.

PORTARIA N. 58 — DE 6 DE MAIO DE 1961

O Eng. Antonio Dias Vieira, Chefe do Serviço de Terras da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, respondendo pelo expediente da mesma, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições, de ordem do Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado e, considerando que na Lei Orçamentária vigente, Tabela n. 112 — Serviço de Cadastro Rural — Despesas Diversas — Para Levanta-

mento Cadastral, foi consignada a dotação de Cr\$ 5.000.000,00;

Considerando que para esse Levantamento Cadastral, mister se torna a admissão de auxiliares necessários;

RESOLVE:

Admitir com os vencimentos mensais adiante referidos os seguintes auxiliares:

Motorista, José Pessoa de Oliveira Filho, Cr\$ 11.000,00; Servente, Mario Leonano de Jesus, Cr\$ 7.700,00.

Os auxiliares ora admitidos entrarão em exercício assim que apresentarem os documentos necessários para ingresso ao Serviço Público Estadual, para o que o Sr. Diretor de Expediente desta Secretaria de Estado, tome as necessárias providências.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. Antonio Dias Vieira

Resp. pelo Exp. da SEOTA

DESPACHOS

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas.

Em 6-6-61.

Processos:

Ns. 2684, de Líbia Brito Coimbra; 2576, de Tibiricá Brito de Almeida; 2685, de Cicero Mendes da Rocha. — Ao SCR.

Ns. 2694, de Julio Barbosa de Araújo; 2693, de Maria de Lourdes Leal Barbosa; 2692, de Afra Benicio Coelho; 2691, de Julio Barbosa de Araújo; 2683, de Juvenal Candido Lopes; 2690, de Maria Leda Leal Barbosa; 2686, de José Olegario Sousa de Almeida; 2689, de Maria Geroncia dos Santos. — Ao Serviço de Terras.

Ns. 2695, da Câmara Municipal de Belém; 2696, da Prefeitura Municipal de Belém; 2675, da Prefeitura Municipal de Tucuruí. — Ao Serviço de Obras.

Ns. 2676, de José Sobral; 2677, de Maria Oliveira; 2340, de Valdomiro José da Silva; 2541, de Alberto Neto; 2542, de Manoel Eduardo Amorim; 2580, de Manuel Pernambuco da Gama; 2579, de Lourdes Paraguassú. — Ao SCR.

Ns. 2582, da Secretaria do Interior e Justiça; 2595, de Abelardo Pedro Leão. — Ao Serviço de Obras.

Ns. 2700, de Manoel Paulo da Costa e Silva; 2701, de Oscar da Costa e Silva. — Ao SCR.

N. 2587, de Elias Novaes de Oliveira. — Devidamente informado, constitua-se a S. Excia. Sr. Dr. Governador do Estado.

N. 2575, de Ladislau de Almeida Lobato. — Ao Serviço de Terras.

Ns. 2543, de Alberto de Almeida Netto; 2678, de José Raimundo dos Neves; 2679, de Filomena Madalena das Neves; 2680, de T. M. Neves. — Ao SCR.

N. 2681, de Pedro Martins Abreu. — Ao Serviço de Terras.

N. 2682, de Niuzza Ferreira. — Ao SCR.

Ns. 2687, de Ofir Farah Saggia; 2688, de Francisco Paulo Amaral; 2646, 2647 e 2672, da Coletoria Estadual de Capim; 2546, 2547, 2548, 2549, da Coletoria de Rendas de Conceição do Araguaia. — Ao Serviço de Terras.

N. 2583, do Gabinete do Governador. — Arquivase.

Ns. 4383, de Julio Ferreira de Almeida; 0046, de Assad Curi Tobia Atala. — Ao SCR.

Ns. 2573, 2572, 2571, 2570, 2579, 2568, 2567, 2566, 2565, 2564, 2563, 2562, 2561, 2560, 2559, 2558, e 2555, da Coletoria do Estado de Conceição do Araguaia. — Ao Serviço de Terras.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Despachos proferidos pelo senhor

Diretor Geral

Em 7-6-61.

Processos:

N. 0304, de Daniel Luiz Soares, adic. — A D.P.

N. 1301, de Raimundo Martins de Sousa, equipae. — A D.P.

N. 3181, de Roberto Rodrigues de Sousa, lic. — A D.P. para o ato.

N. 5053, de Jacinto Ferreira de Brito, lic. — Cumpra-se o que pede a C. Jurídica.

N. 5171, de Oseas Leancy. — Adoto o parecer da C. Jurídica, cujo teor deve ser transmitido a SEC.

N. 5284, da Colonia de Marituba, sol. duod. — A D.M.

N. 5285, da SOTA, rem. fol. pag. de diárias. — A D.O.O.

N. 5286, da SOTA, rem. fol. pag. de diárias. — A conferência

N. 5287, da SOTA, rem. fol. pag. supl. — A conferência e empenho

Ns. 5308, de J. N. Azevedo, sol. pag.; 5309, da Comp. Editora Nacional, sol. pag. — A D.M. para processar.

N. 5310, de Malquias Pinheiro da Silva, cert. tem. serv. — A C. Jurídica.

Ns. 5313, de MM. enc. fol. pag.; 5314, de SESP, enc. fol. pag. DTE. — A conferência e empenho.

N. 5315, da Livraria Globo, sol. pag. — A D.M. para empenho.

N. 5316, da SESP, enc. fol. pag. pes. fixo. — A conferência e empenho.

N. 5317, da SEP, sol. emp. — A D.M.

N. 5318, do Orf. Antonio Lemos, sol. rem. mater. — A D.M.

N. 5320, de Pedro de Oliveira Pinto, sol. pag. — A D.O.O. para empenho.

N. 5321, da SEC, enc. fol. pag. — A conferência e empenho.

N. 5322, de Fallache & Cia, sol. pag. — A D.M. para processar.

Ns. 5323 e 5324, de Cimaq, sol. pag. — A D.M.

Ns. 5325, de Erichsen & Cia, sol. pag.; 5327, de Comércio e Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag. — A D.M. para processar.

EDITAIS — ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE DO PARÁ

REITORIA

RESOLUÇÃO N. 2 — DE 5 DE JUNHO DE 1961

CONSELHO DE CURADORES

Assunto: Abre crédito suplementar para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e em cumprimento da decisão do Conselho de Curadores, em sessão ordinária de 5 de junho de 1961, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1.º É aberto o crédito suplementar de Cr\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem cruzeiros) para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço do professor Joaquim Pires dos Santos Lima, referente ao exercício de 1960.

Art. 2.º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução ficam destacados os seguintes recursos orçamentários:

CONGELAMENTO: — 03 — Faculdade de Direito

1.1.12 — Salário Família

Cr\$ 14.100,00

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade do Pará, em 5 de junho de 1961.

Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Netto

Reitor

(Ext. — Dia — 8/6/61)

RESOLUÇÃO N. 3 — DE 5 DE JUNHO DE 1961

CONSELHO DE CURADORES

Assunto: Abre crédito suplementar para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e em cumprimento da decisão do Conselho de Curadores, em sessão ordinária de 5 de junho de 1961, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1.º É aberto o crédito suplementar de Cr\$ 64.975,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco cruzeiros), para pagamento de gratificação adicional por tem-

po de serviço do Prof. Dr. Alfredo Barroso Rebello, referente ao período de 10 de outubro a 31 de dezembro de 1959 e de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1960.

Art. 2.º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução ficam destacados os seguintes recursos orçamentários:

CONGELAMENTO: — 02 — Faculdade de Medicina
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalhos de natureza especial, com risco de vida e saúde Cr\$ 64.975,00.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.
Reitoria da Universidade do Pará, em 5 de junho de 1961.

Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Netto
Reitor

(Ext. — Dia — 8/6/61)

RESOLUÇÃO N. 4 — DE 5 DE JUNHO DE 1961
CONSELHO DE CURADORES

Assunto: Abre crédito especial para pagamento de vencimentos atrasados.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e em cumprimento da decisão do Conselho de Curadores, em sessão ordinária de 5 de junho de 1961, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O :

Art. 1.º É aberto o crédito especial de Cr\$ 185.800,00 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos cruzeiros), para pagamento dos vencimentos atrasados do Professor aposentado Clóvis Rodrigues Barata, da Faculdade de Odontologia, no período de 2 de julho a 31 de dezembro de 1957 e de 1.º de janeiro a 11 de agosto de 1958.

Art. 2.º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução ficam destacados os seguintes recursos orçamentários:

CONGELAMENTO: — 06 — Faculdade de Odontologia
1.1.01 — Vencimentos
Cr\$ 185.800,00.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.
Reitoria da Universidade do Pará, em 5 de junho de 1961.

Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Netto
Reitor

(Ext. — Dia — 8/6/61)

RESOLUÇÃO N. 5 — DE 5 DE JUNHO DE 1961
CONSELHO DE CURADORES

Assunto: Abre crédito suplementar para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e em cumprimento da decisão do Conselho de Curadores, em sessão ordinária de 5 de junho de 1961, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O :

Art. 1.º É aberto o crédito suplementar de Cr\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos cruzeiros) para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço do Prof. Dr. Mário Nazareno Machado Sampaio, da Faculdade de Medicina, referente ao período de 1.º de julho a 31 de dezembro de 1960.

Art. 2.º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução ficam destacados os seguintes recursos orçamentários:

CONGELAMENTO: — 02 — Faculdade de Medicina
1.1.12 — Gratificação adicional por tempo de serviço
Cr\$ 28.200,00.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade do Pará, em 5 de junho de 1961.

Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Netto
Reitor

(Ext. — Dia — 8/6/61)

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONOMICA DA AMAZONIA

E D I T A L

Concorrência Pública n. 1/61-SMt.

Faço público, a quem interessar possa, que no dia vinte e seis (26) de junho de 1961, às 15 horas, no Setor de Material da S.P.V.E.A., sito à Passagem Bolonha, n. 46, nesta cidade, terá lugar a abertura com a leitura das propostas da Concorrência Pública n. 161-S. Mt.

2. As propostas serão apresentadas para o fornecimento do seguinte:

- Uma (1) máquina de escrever de 110 espaços, tipo paica, tabulador automático, com capa e pertences de limpeza;
- Idem, idem, de 230 espaços, idem, idem;
- Idem, idem, de 120 espaços, idem idem;
- quatro (4) idem, idem, de 160 espaços, idem, idem;

3. A caução de inscrição, na importância de Cr\$ 2.000,00 poderá ser prestada em moeda corrente, título da Dívida Pública Federal, obrigações de guerra ou Caderneta da Caixa Econômica e depositada, mediante guia extraída na Tesouraria desta Repartição. As guias serão extraídas até 24 horas antes da data da abertura da concorrência.

4. Para julgamento da idoneidade dos proponentes deverão ser apresentados, em envelopes fechados, os documentos comprobatórios de sua personalidade jurídica e idoneidade financeira, dentre os quais deverão constar os seguintes:

- Talão do imposto de licença para localização;
- Talão de quitação do Imposto de Indústria e Profissão;
- Talão de Patente de Registro de Comércio;
- Certidão negativa do Imposto de Renda, arts. 131 e 135 do Decreto n. 24.239 de 22/12/1957;
- Certidão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, relativa à Lei dos 2/3;
- Recibo de quitação do Imposto Sindical;
- Recibo de quitação com o I.A.P.C.;
- Certidão do Contrato Social passado pela Junta Comercial.

5. A proposta de cada concorrente, com menção de seu endereço, deve ser apresentada em duas (2) vias, sem rasuras ou entrelinhas, determinando o preço para cada item em algarismos e por extenso e será entregue em envelopes fechados e lacrados.

6. As propostas deverão obedecer rigorosamente aos termos do edital, não sendo aceitas aquelas que apresentarem variantes ou que fizerem referência a propostas de outros concorrentes.

7. A adjudicação caberá ao proponente que apresentar o menor preço (art. 762 do R.G.C.P.U.) e menor prazo de entrega.

8. Em caso de empate terá preferência o proponente nacional (art. 742 do R.G.C.P.U.).

9. Em caso de igualdade absoluta de condições entre dois ou mais candidatos, proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 756 do R.G.C.P.U..

10. O vencedor para garantia do fornecimento caucionará em moeda corrente, títulos da Dívida Pública, obrigações de Guerra ou Caderneta da Caixa Econômica a importância na base de 5% sobre o montante da aquisição que deverá ser recolhida à Tesouraria da S.P.V.E.A., median-

te guia extraída pelo Setôr de Material, dentro de 48 horas a partir do recebimento de notificação nesse sentido.

11. O pagamento será feito, após a entrega do material, em processo normal na S.P.V.E.A., e correrá à conta da verba 4.0.00 — Investimentos; Consignação 4.2.00 — Equipamento e instalações; Subconsignação: 4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos; Exercício de 1961; S.P.V.E.A.

12. O contrato será firmado na base do respectivo preço de material e dentro do prazo previsto na proposta da firma adjudicada. Serão isentas de contrato as firmas adjudicadas que constem em suas propostas a entrega imediata do material.

13. Os concorrentes em suas propostas deverão declarar expressamente que se submetem às exigências do presente edital e da legislação em vigor que rege o assunto.

14. Este Órgão reserva-se o direito de anular a concorrência caso seja conveniente sem que disso decorra indenização alguma aos licitantes.

15. Para quaisquer outros esclarecimentos poderão os interessados dirigir-se a Secção de Aquisição, Empenho e Despacho do Setôr de Material, à passagem Bolonha n. 46. Belém, 2 de junho de 1961.

José Alberto do Couto Rocha
Chefe do Setôr de Material da SPVEA.
(Ext. — Dias — 8 e 15/6/61)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

LEI N. 4604 — DE 18 DE AGOSTO DE 1960

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno à Pedro Pinto da Cunha.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, por aforamento, à Pedro Pinto da Cunha, o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: 25 de Setembro, Duque de Caxias, Timbó e Vileta, a 59,00m. —

Dimensões: Frente — 7,50. Fundos — 50,00. Área — 375,00m². Terreno de forma regular. Edificado com n. 517. Confinado à direita com o prédio n. 513 e à esquerda com o de n. 519.

Art. 2. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 23 de agosto de 1960.

(aa) **Lopo Alvarez de Castro**, Prefeito Municipal e **Gastão Queiroz Santos**, Secretário de Obras.

(Ext. — Dia 8/6/61).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA DE OBRAS
Departamento do Patrimônio, Arquivo e Cadastro

Edital de alinhamento e arrumação
Pelo presente faço saber a quem interessar possa que havendo o Sr. Jonyl Wanderley Holanda, brasileiro, solteiro, maior, bancário, requerido o alinhamento e Arrumação de um terreno de sua propriedade, sito à Travessa Francisco Caldeira Castelo Branco, edificado n. 482, perímetro compreendido entre a Av. Conselheiro Furtado e rua dos Mundurucús, com fundos projetados para a Trav. 14 de Abril, medindo 7,65m de frente por 74,00m de fundos, marquei o dia 22 (vinte e dois) de junho do corrente ano, às 8,00 (oito) horas da manhã para realizar os trabalhos requerido, convidando os Senhores confinantes a estarem no dia, hora e local acima mencionados, a fim de assistirem aos trabalhos e reclamarem aquilo que for a bem dos reciprocos interesses.

Belém, 30 de maio de 1961.
Blasor Soares
Top. do D.P.A.C.
(T. — 3403 — 8/6/61)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Alinhamento e Arrumação
Faço saber a quem interessar possa que havendo a Sra. Apollinária de Carvalho Ferreira, brasileira, casada, residente nesta cidade, requerido o alinhamento e arrumação do terreno de sua propriedade sito à Travessa Humaitá, esquina da Av. Duque de Caxias, 591, medindo 6,60m de frente por 66,00 de fundos, marquei o dia 13 de junho do corrente às 8,00 horas da manhã para proceder os trabalhos convidando por meio deste os confinantes a comparecerem no local no dia e hora marcados a fim de reclamarem o que lhes for de direito.

D.P.A.C., 6/6/61.
Fernando Augusto Silva
Eng. do D.P.A.C.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E AGUAS

Compra de terras
De ordem do Sr. engenheiro chefe desta Secção, faço público que por Wilson Soares de Araújo, no termo do art. 70, do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 21a. Comarca, 57o. Termo, 57o. Município de Marabá e 156o. Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Fica situado à margem esquerda do rio Tocantins, limitando-se pelo lado de cima, com o sítio do sr. Salomão Gomes, pelo lado de baixo com terras devolutas do Estado e pelos fundos também com terras devolutas do Estado. Medindo aproximadamente 1.000 metros de frente por 2.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele Município de Marabá.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aguas, 31 de maio de 1961.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. — 2105 — 8, 18 e 28/6/61)

Compra de terras
De ordem do Sr. engenheiro chefe desta Secção, faço público que por Filomena Lourenço da Silva, nos termos do art. 70, do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 21a. Comarca, 57o. Termo, 57o. Município de Marabá e 156o. Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Fica situado à margem direita do Igapará Geladinho, limitando-se pela parte de baixo, com o lugar denominado Pedreira, pelo lado de cima, com terras devolutas do Estado e pelos fundos também com terras devolutas do Estado. Medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Marabá.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aguas, 31 de maio de 1961.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. — 2106 — 8, 18 e 28/6/61)

Compra de terras
De ordem do Sr. engenheiro chefe desta Secção, faço público que por Any Miranda, nos termos do art. 60, do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agropecuária, sitas na 11a. Comarca, 32o. Termo, 32o. Município de Ourém, e 83o. Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Pela frente com o requerimento Surrel Atile e pelos outros lados com terras devolutas do Estado, ou de quem de direito, também com requerimento desconhecidos, me-

dindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele Município de Ourém.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aguas, 7 de junho de 1961.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. — 2407 — 8, 18 e 28/6/61)

Compra de terras
De ordem do Sr. engenheiro chefe desta Secção, faço público que por Paulo Bitencourt de Miranda, nos termos do art. 60, do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas na 32a. Comarca, 82o. Termo, 82o. Município de Vizeu e 228o. Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se pela frente com o requerente Claudion Luiz e pelos outros lados com terras devolutas ou quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele Município de Vizeu.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aguas, 7 de junho de 1961.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. — 2406 — 8, 18 e 28/6/61)

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E AGUAS

Compras de Terras

De ordem do Sr. engenheiro chefe desta Secção, faço público que por Alcides de Jesus Leal, nos termos do art. 70, do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas na 31a. Comarca, 79o. Termo 79o. Município, de Vigia e 212o. Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Fica na Estrada de São Caetano de Odívelas, limitando-se ao Norte com terras devolutas do Estado, medindo 220 metros; ao Sul, que é a margem direita do rio Açaí, com 250 metros; a Leste com a Estrada de São Caetano de Odívelas, com 550 metros e a Oeste com terras de Guilhermina Brito, com 660 metros.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vigia.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aguas, 24 de fevereiro de 1961. — (a) **José Alberto Soares Maia**, p. of. adm.

(T. — 2270 — 18, 28/6 e 8/6/61)

CONSTRUTORA "GUALO" S. A.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 1961.

Aos dezanove dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e um, em sua sede social, sito à Avenida Presidente Vargas, número cento e quarenta e cinco — Edifício do Palácio do Rádio, sala trezentos e três, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os Senhores acionistas da Construtora Gualo Sociedade Anônima, convidados por edital publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de onze, treze e quatorze de maio de mil novecentos e sessenta e um e no jornal "Tolha do Norte, de iguais datas, no seguinte teor: Construtora Gualo S. A. — Assembléia Geral Extraordinária — Convocação — Convocamos os Senhores acionistas da Construtora Gualo S. A., para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, em sua sede social, à Avenida Presidente Vargas n. 145 — Edifício Palácio do Rádio, sala 303, no dia 19 do corrente, às 10,00 horas, para deliberarem e aprovarem o seguinte: — I — Venda de veículos considerados inservíveis para uso da Empresa; II — o que ocorrer. Belém, 11 de maio de 1961. (a) Dr. Affonso Lopes Freire, Diretor Presidente. Aberta a sessão e verificado o número legal de acionistas, pelo livro de presença, por indicação dos acionistas, assumiu a presidência dos trabalhos o acionista Doutor Affonso Lopes Freire, que convidou para secretário o acionista Doutor Antônio Eugênio Pereira Lôbo. Assim constituída a mesa, a presidência declarou que a presente Assembléia tinha por fim deliberar sobre os assuntos constantes do Edital acima transcrito. Com a palavra, procedeu o Senhor, Secretário a leitura da proposta da Diretoria, nestes termos: — Senhores Acionistas, levamos ao conhecimento de Vv. Ss., que após estudos feitos, baseados em pareceres técnicos de nossos mecânicos, concluímos que a soma dos veículos de nossa propriedade, abaixo trans-

critos, não atendem nem oferecem mais condições para atendimento das necessidades dos nossos serviços, por estarem todos em estado de acentuado desgaste pelo uso continuado, motivo por que, vimos propor a esta Assembléia, a devida autorização para venda dos mesmos. Para melhor esclarecimento de Vv. Ss., damos aqui uma relação dos veículos em tela: — (1) — Camionete Pick-Up Ford F.100 mod. 1957 motor V8 n. FloK7SBX—10376, Chassis 103. (2) — Camionete Pick-Up Ford F.100 mod. 1959, Motor V8 n. 10A493BX—17671, Potência 167HP. (3) — Camionete Pick-Up Chevrolet mod. 1959, motor F.611 LB, chassis série 059A301M. (4) Camionete Rural — Willys mod. 1959, motor B-815169 6 cilindros, série CRB-6004057. (5) Camionete Rural Willys mod. 1960, motor 034948, série 8222. (6) — Jeep DKW-Vemag mod. 1959, motor J-00107, 3 cilindros à 2 tempos, série 3092941. (7) — Jeep Willys Overland Modelo 1959, motor B-816566, 6 cilindros, chassis CJS-B6011655. (8) — Jeep Willys Overland, mod. 1958, motor BR-0133407, 4 cilindros, série J-45875. (9) — Caminhão Skoda mod. 1956, motor 10363804, série 706-R. (10) — Automóvel Sedan DKW-Vemag 4 portas mod. 1959, motor 66209138, série 0653330. Ainda com a palavra, procedeu o Senhor Secretário a leitura da segunda parte da proposta da Diretoria, assim redigida: — Visando desenvolver cada vez mais as atividades da firma que compo-
nentes, sobretudo, nesta oportunidade que, interrompida as nossas atividades na Rodovia Belém-Brasília, e que, em face do rigor da época invernal, ficaram igualmente prejudicadas as nossas operações de campo, levando em conta a grande ausência de cimento na praça de Belém, que muito tem contribuído de modo prejudicial para o melhor desenvolvimento do Edifício e consequente operação de vendas e, considerando a necessidade de serem com-

pensadas estas insuficiências, julgamos certo encaminhar a apreciação desta dita Assembléia, o plano de venda de loteamento de parte do terreno de propriedade desta firma, situado à Travessa Lomas Valentina, pelo processo de venda de casas feitas, em forma germinadas, de acordo com o plano de construção, elaborado pelo nosso Departamento de Projetos, que anexamos à presente proposta. Aguardando vossos pronunciamentos, subscrevemo-nos atenciosamente. (aa) — Affonso Lopes Freire, Diretor Presidente; Carlos Moacyr de Azevedo Guapindaia, Diretor Tesoureiro e Teivelino Guapindaia, Diretor Técnico. Continuando com os trabalhos, determinou o Senhor Presidente, fosse procedida a leitura da Parecer do Conselho Fiscal no seguinte teor: — Os membros do Conselho Fiscal da Construtora Gualo S. A., examinando a proposta da Diretoria para a venda de veículos considerados inservíveis para o uso da Empresa e o plano de venda de parte do terreno de propriedade da firma pelo processo de venda de casas feitas pela forma germinadas, localizado à Travessa Lomas Valentina, são de parecer que a mesma seje aceita pelos Senhores Acionistas, para que, produza os seus efeitos legais. Belém, 9 de maio de 1961. Assinados: Jaguanhara Gomes de Oliveira, Messias Campos e Celestino Pereira da Rocha. A seguir, a Presidência submeteu à discussão a proposta da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal, que foram aprovados por unanimidade. E nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrados os trabalhos da presente Assembléia, tendo o Senhor Secretário procedido a leitura da presente ata, que lida e achada conforme, vai por todos os presentes assinada..

Belém, 19 de maio de 1961.
— (aa) Affonso Lopes Freire
— Carlos Moacyr de Azevedo Guapindaia — Teivelino Gua-

pindaia — Antônio Eugênio Pereira Lôbo Rita de Azevedo Guapindaia — Maria Theresza Alves Lôbo — Dirce Jaca Guapindaia.

Reconheço as assinaturas supras e por mim numerado de 1 a 6 e assinalado com minha rubrica.

Em sinal CNAR da verdade.

Belém, 25 de maio de 1961.

(a) Carlos N. A. Ribeiro, Tabelião Substituto.

Cr\$ 730,00

Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de setecentos cruzeiros.

Recebedoria, 29 de maio de 1961. — O funcionário: J. L. Souza.

Junta Comercial do Estado do Pará — Esta ata em 4 vias foi apresentada no dia 29 de maio de 1961 e mandada arquivar por despacho do Diretor na mesma data, contendo 2 folhas de n.s 1280/81, que vão por mim rubricadas com o apelido de Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 464/61. E, para constar eu, Carmem Celeste Tenreiro Aranha, segundo oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 29 de maio de 1961. — O Diretor: Oscar Faciola. (Ext. — Dia — 8/6/61)

MARTINI IMPORTADORA DE MÓVEIS, S. A.

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 1961.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e um, os acionistas de Martini, Importadora de Móveis, S. A., reuniram-se ordinariamente, em sua sede social, por volta das quatorze horas, tendo comparecido os portadores de ações representativas de mais de dois terços do capital social, conforme verificação feita no Livro de Presenças. Os trabalhos foram presididos pelo Senhor Hugo Martini, que teve a secretaria-lo os Senhores Júlio Salazar Martini e Guilhermina Vasconcelos Martini. A seguir o Senhor Presidente mandou proceder a leitura do anúncio de convocação e também das peças

contábeis constantes de Balanço e Demonstração da conta Lucros e Perdas do ano de mil novecentos e sessenta, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal, tendo feito um retrospecto de todas as atividades da diretoria durante o ano, inclusive as providências para ampliação do escritório, tendo em vista a organização aliada ao aumento das vendas da firma. O Senhor Presidente foi muito aplaudido no final das suas palavras. Foi colocada a palavra à disposição dos acionistas para que se manifestassem sobre o assunto, tendo o acionista José Edward Dias Cardoso falado em seu nome e dos acionistas presentes, externando a sua satisfação pelos resultados obtidos pela sociedade no exercício de 1960. A seguir o assunto foi colocado em votação tendo se verificado que as contas da diretoria do ano de 1960, por unanimidade, foram aprovadas. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão às 16 horas, tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes, extraindo-se uma cópia autêntica para os efeitos legais.

Belém, 29 de abril de 1961.
— (aa) Hugo Martini, Júlio Salazar Martini, Guilhermina Vasconcelos Martini, Araceli Salazar Martini, p. p. Olivia Martini Dutra, p. p. Flora Martini Santos, p. p. Luiza Martini Simões, José Edward Dias Cardoso e João Batista Moreira.

(Ext. — Dia — 8/6/61)

AFRICANA, TECIDOS S/A.

Assembleia Geral

Extraordinária

1.ª CONVOCAÇÃO

De acordo com os dispositivos legais, ficam os srs. acionistas convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em nossa sede social, à trav. Frutuoso Guimarães, ns. 166/190, no próximo dia 20 de Junho, às 15 horas para tratar dos seguintes assuntos:

- a) aprovação do aumento do capital;
- b) reforma dos estatutos;
- c) o que ocorrer.

Belém, 5 de junho de 1961.

(aa) Pedro de Castro Alvaras, Diretor Presidente; Henrique José Ribeiro, Diretor; Antonio José da Silva Coelho, Diretor.

(Ext. — Dias 7, 8 e 9/6/61)

RENDEIRO AUTOPEÇAS

S/A.

Assembleia Geral

Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Por este meio convido os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral extraordinária a realizar-se no próximo dia 9, para tratar dos seguintes assuntos:

- a) Apreciação da proposta da diretoria sobre a criação de uma (1) filial;
- b) Reforma parcial dos Estatutos Sociais;
- c) O que ocorrer.

Belém, 6 de junho de 1961.

(a) Domingos Francisco Bastos, Presidente da Assembleia.

(Ext. — Dias 7, 8 e 9/6/61)

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

(Seção do Pará)

De conformidade com o disposto no art. 18 do Regulamento a que se refere o decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, faço público que requereu inscrição no quadro de Provisionados desta Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, para advogar na Comarca de Monte Alegre, o senhor Ernani Gonçalves Chaves, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado em Monte Alegre, Estado do Pará.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, em 29 de maio de 1961.

(a) Arthur Cláudio Mello, 1.º secretário.

(T. 2380 — 6, 7, 8, 9 e 10-11-61)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL

de citação com o prazo de trinta (30) dias, aos srs. Eng. Jarbas de Castro Pereira, que exerceu o cargo de Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação, no exercício de 1956, sr. Wilson Lima e Benedito C. Pereira.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 48 n. II da Lei n. 1.846, de 12-2-60, e a requerimento do Auditor dr. Pedro Bentes Pinheiro, cita, como citados ficam, através do presente Edital, que será publicado durante trinta (30) dias, a partir desta data, os srs. dr. Jarbas de Castro Pereira, que exerceu o cargo de Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação, no exercício financeiro de 1956, Wilson Lima e Benedito C. Pereira, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação no DIÁRIO OFICIAL, apresentarem a comprovação do emprego das seguintes importâncias, respectivamente: Eng. Jarbas de Castro Pereira — Cr\$ 397.100,00; sr. Wilson Lima — Cr\$ 100.000,00; Benedito C. Pereira — Cr\$ 30.000,00.

Belém, 30 de maio de 1961.

Elmir Gonçalves Nogueira

Ministro Presidente

(G. — 6, 7, 8, 10, 14, 17, 20, 21, 26, 27, 28, 29 e 30-5-61)

COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ"

FUNDADA EM 1882

Subscrição Particular de Ações Para Aumento de Capital

Estará aberta, a começar de 14 de junho até 31 de julho de 1961, na sede social, à rua Conselheiro João Alfredo, n. 176 — 1.º andar, nesta cidade, a subscrição das VINTE MIL ações que a Sociedade foi autorizada a emitir para o aumento de seu capital, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, de 14 de maio de 1961.

- a) As ações serão nominativas, comuns, do valor de DUZENTOS CRUZEIROS cada uma, e gozarão dos mesmos direitos estabelecidos para as TRINTA MIL já existentes;

- c) As ações restantes ou disponíveis caberão, relativamente, àquelas que houverem exercido o direito de preferência;

- d) A emissão se fará ao par, sendo de VINTE POR CENTO a entrada inicial; os restantes OITENTA POR CENTO, logo após a aprovação da autoridade competente (os menores e incapazes, por seus representantes legais, pagarão por inteiro, no ato da subscrição);

- e) Será cobrada, para despesas, uma percentagem de 5% (cinco por cento) sobre o valor de cada ação.

Belém, 6 de junho de 1961.

COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ"

Os Diretores:

Oscar Faciola

Eduel Fernandes de Oliveira Gomes

Jorge Marcel de Pontes Leite

(Ext. — 7, 8 e 9-6-61)

NOTAS — JUDICIAIS

COMARCA DE VIGIA

Citação com o prazo de trinta dias O Dr. Adalberto Chaves de Carvalho, Juiz de Direito da Comarca de Vigia, Estado do Pará, Brasil, por nomeação legal.

Pelo presente edital com o prazo de trinta dias, cito e chamo a este Juízo os cidadãos Raimundo David de Oliveira, José David de Oliveira, Nathaniel David de Oliveira, Caetano de tal e Manoel vulgo Méco, brasileiros, casados, que se acham em lugar incerto e não sabido, a fim de comparecerem no prazo legal o que for de direito na ação cível de manutenção de posse, em que são autores Nelson Severiano dos Santos e Ernestos Pereira dos Santos, e réus Raimundo David de Oliveira e outros. Dado e passado nesta cidade de Vigia, aos vinte e sete de maio de mil novecentos e sessenta e um. Eu, Demétrio Nina de Vilhena, escrivão, que escrevi.

(a) Adalberto Chaves de Carvalho, Juiz de Direito.

(T. — 2405 — 3/6/61)

TRIBUNAL DE CONTAS

Edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao sr. Américo Silva, Secretário de Estado de Produção, no exercício de 1960.

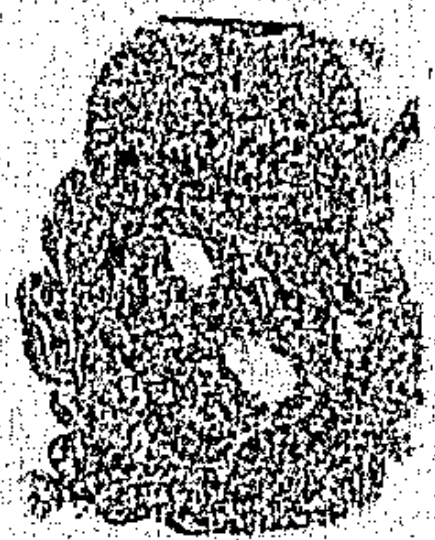
O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 48 n. II da Lei n. 1.846, de 12-2-60, e a requerimento do Auditor dr. Moacir Gonçalves Pamplona, cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante trinta (30) dias, a partir desta data, o sr. Américo Silva, Secretário de Estado de Produção, no exercício financeiro de 1960, para no prazo de dez (10) dias, após a última publicação no DIÁRIO OFICIAL, apresentar a comprovação do emprego da importância de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00).

Belém, 5 de Junho de 1961.

Elmir Gonçalves Nogueira

Ministro Presidente

(Dias — 9, 10, 11, 14, 16, 17, 20, 22, 23, 25, 27, 29, 30-6, 2, 4, 6, 7 e 8-7-61)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembleia

ESTADO DO PARÁ

ANO IX

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1961

NUM. 1.280

PROCESSO N. 128/59
RESOLUÇÃO N. 8 — DE 29 DE
MAIO DE 1961

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará resolve adotar o seguinte:

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1.º A Assembleia Legislativa do Estado do Pará compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sufrágio direto e universal, em número que a lei determinar, e terá sua sede na capital do Estado realizando suas sessões no Palácio Antônio Lemos.

Art. 2.º A Assembleia Legislativa, independentemente de convocação, instalar-se-á e funcionará, anualmente, no período previsto pela Constituição Política do Estado.

Art. 2.º Independentemente de convocação, a Assembleia Legislativa reunir-se-á, também, no primeiro dia do início de nova Legislatura, em sessão especial, para eleição de sua Comissão Executiva.

§ 1.º A Mesa eleita na sessão prevista neste artigo terá seu mandato até o início da sessão legislativa anual seguinte, à exceção do seu Presidente (Vice-Governador), cujo mandato será de cinco (5) anos, de acordo com o previsto pela Constituição Política do Estado.

§ 2.º As representações partidárias deverão indicar a Mesa, no dia seguinte à eleição, em documento assinado pela maioria de seus integrantes, os seus líderes e vice-líderes.

§ 3.º A Assembleia Legislativa comunicará-se:

I — com o Presidente da República, do Senado Federal e Câmara dos Deputados; do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Eleitoral, do Tribunal Federal de Recursos e do Tribunal Superior do Trabalho; com os Ministros de Estado e com o Governador do Pará e de outros Estados; com o Presidente do Tribunal de Justiça, do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Regional do Trabalho, bem como com as outras Assembleias Estaduais, por intermédio do seu Presidente, de Comissão ou por mensagem de sua Presidência;

II — com os Secretários de Estado, por intermédio do 1.º Secretário, pessoalmente, ou por ofício;

III — com as demais autoridades, por intermédio do 1.º ou 2.º Secretário, por escrito ou oralmente.

Art. 4.º A sessão especial de que trata o artigo 3.º será presidida pelo Vice-Governador que estiver em exercício, e, na falta deste, pelo último Presidente em exercício na sessão legislativa anual anterior ou qualquer De-

putado que, naquela sessão, tenha exercido função na Comissão Executiva, respeitada a ordem de hierarquia. Na ausência desses, a Presidência será ocupada pelo Deputado mais antigo e, na sua falta, pelo Parlamentar mais idoso.

Parágrafo Único. Apresentados os diplomas expedidos na forma legal, o Presidente completará a Mesa com Deputados que tenham desempenhado função de Secretários na Legislatura anterior e, na ausência desses, convidará dois (2) Deputados de Partidos diferentes para ocuparem os lugares de 1.º e 2.º Secretários, declarando aberta a sessão para eleição da Mesa, caso haja número legal.

Art. 5.º Conferidos os diplomas, o Presidente, de pé, bem assim todos os presentes, proferirá o seguinte juramento: "Prometo cumprir as constituições da União e do Estado e desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado em benefício dos reais interesses do povo". Lido em voz alta esse compromisso pelo Presidente, os demais Deputados o ratificarão, em conjunto, proferindo as seguintes palavras: "Assim prometo".

Parágrafo Único. Os Suplentes que, posteriormente, foram empossados, prestarão, junto à Mesa, o mesmo juramento. O Suplente que haja prestado juramento uma vez, é dispensado de renová-lo nas convocações subsequentes da mesma Legislatura.

Art. 6.º Nas sessões legislativas anuais seguintes à inicial de cada Legislatura, a sessão preparatória realizar-se-á dois dias antes da data fixada para a instalação anual da Assembleia Legislativa, e os trabalhos serão dirigidos pela Mesa que presidiu a reunião ordinária anterior.

Art. 7.º A eleição da Mesa ou preenchimento de qualquer vaga na mesma far-se-á por escrutínio secreto, em uma só cédula, que conterá os nomes dos votados, bem como o respectivo cargo, obedecendo às seguintes formalidades:

I — presença da maioria absoluta dos Deputados;

II — cédulas impressas ou datilografadas;

III — indicação, antes do nome do Deputado, do cargo para o qual é candidato;

IV — uso de sobrecarta, rubricada pelo Presidente;

V — em gabinete indecifrável;

VI — conferência das sobrecartas pelo 1.º e 2.º Secretários, que, verificando se o seu número coincide com o dos votantes, abrirão as mesmas para a apuração;

VII — invalidade da cédula que não atenda ao disposto nas alíneas II e III;

VIII — redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do boletim com o resultado da eleição, na ordem decrescente dos votados;

IX — realização de nova votação, no caso de empate entre mais de dois candidatos;

X — eleição do mais idoso, no caso de empate entre dois candidatos;

XI — proclamação, pelo Presidente, dos eleitos, na ordem decrescente da votação.

Parágrafo Único. Aos líderes de bancada fica assegurado o direito de fiscalizar ou de indicar um Deputado para servir de fiscal na apuração de votos, os quais subscreverão o boletim respectivo, se com este concordarem. Na ausência dos líderes e vice-líderes, essa indicação poderá ser feita por qualquer integrante de cada bancada.

Art. 8.º Depois de eleita e empossada a Mesa, a sessão será encerrada.

TÍTULO II

Art. 9.º A Mesa da Assembleia compete a direção de seus trabalhos, nas sessões ordinárias, solenes, especiais, secretas e extraordinárias.

§ 1.º A Mesa, denominada Comissão Executiva, compõe-se de um Presidente (Vice-Governador), 1.º, 2.º e 3.º Vice-Presidentes e 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Secretários, cujos funcionários por um ano, salvo as hipóteses dos §§ 1.º do artigo 3.º e 2.º deste artigo, podendo ser reeleitos.

§ 2.º O Presidente, em seus imprevistos e faltas, será substituído pelos demais membros da Mesa, obedecendo à Ordem Hierárquica.

§ 3.º A Comissão Executiva tomará qualquer deliberação de sua competência, por maioria de votos de seus membros.

SEÇÃO II

Da presidência

Art. 10.º O Presidente é o órgão da Assembleia, quando ela houver de se manifestar coletivamente, regulador de seus trabalhos e fiscal da ordem, nos termos deste Regimento.

Art. 11.º Compete ao Presidente:

I — substituir, nos termos da Constituição Política do Estado, o Governador;

II — promulgar as resoluções legislativas;

III — promulgar os projetos de lei, de acordo com o estatuído no § 4.º do art. 29, da Constituição Política do Estado;

IV — abrir e encerrar as sessões e conceder a palavra aos deputados;

V — interromper o orador que se desviar da questão, falar contra matéria vencida, faltar a consideração a qualquer dos seus pares, advertindo-o, e, em caso de insistência, retirar-lhe a palavra;

VI — submeter a discussão e votação toda a matéria isso destinada, estabelecendo o ponto sobre que deve ser feita a votação;

VII — encerrar o debate e anunciar o resultado da votação;

VIII — interromper a sessão ou suspendê-la quando não puder manter a ordem ou, ainda, nos casos previstos no artigo 53;

IX — mandar restaurar os processos extraviados ou retidos;

X — anunciar a Ordem do Dia da sessão seguinte;

XI — convocar sessões extraordinárias, solenes, secretas e especiais;

XII — não permitir a publicação, no "Diário da Assembleia", de expressões, conceitos e discursos contrários às normas regimentais;

XIII — despachar os requerimentos verbais ou escritos, submetidos à sua apreciação;

XIV — nomear comissões especiais e designar, de acordo com a indicação partidária, os membros das Comissões Permanentes e seus substitutos;

XV — distribuir às Comissões as proposições, bem como dar despacho sobre a matéria do Expediente;

XVI — dar posse aos Deputados;

XVII — assinar correspondência destinada aos Chefes dos Poderes da República, Estados e Municípios;

XVIII — dirigir a Polícia da Assembleia e zelar pelo prestígio e dignidade dos Deputados, assegurando-lhes o respeito devido às suas prerrogativas.

Art. 12.º O Presidente terá voto pessoal e de qualidade, salvo na hipótese de ser ele o Vice-Governador do Estado, o qual somente terá o voto de qualidade.

Art. 13.º Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente passará a função ao seu substituto, enquanto perdurar a discussão e votação da matéria.

Parágrafo Único. Quando se tratar do Vice-Governador, a este é vedado tomar parte nos debates, podendo, apenas, fazer comunicações à Casa de assuntos e providências de sua alçada.

SEÇÃO III

Do Secretários

Art. 14.º São atribuições do 1.º Secretário:

I — fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II — receber e fazer a correspondência oficial da Assembleia;

III — auxiliar o Presidente no despacho da matéria lida na hora do Expediente;

IV — ler, na sessão, a matéria do Expediente;

V — fazer recolher, em boa ordem, as proposições apresentadas e nelas anotar o resultado das votações, autenticando-as;

VI — assinar, depois do Presidente, as resoluções da Mesa;

VII — inspecionar os trabalhos e autorizar e fiscalizar as despesas da Secretaria da Assembleia;

VIII — providenciar sobre a entrega, aos Deputados, de publicações e impressos relativos aos tra-

balhos da Assembléa.

Art. 15. Ao 2.º Secretário compete:

- I — fiscalizar a redação da ata e proceder à sua leitura;
- II — redigir a ata de sessões secretas;
- III — auxiliar o 1.º Secretário na verificação de votação e eleições;
- IV — assinar, depois do 1.º Secretário, as resoluções da Mesa.

TÍTULO III

Da posse do Governador e do Vice-Governador

Art. 16. A Assembléa Legislativa será convocada para sessão solene, com a finalidade de dar posse ao Governador e Vice-Governador do Estado, eleitos na forma da lei.

§ 1.º Os Deputados serão convidados a comparecer, por edital, ofício ou telegrama, assinados pelo Presidente, com antecedência de setenta e duas (72) horas.

§ 2.º No caso de recusa ou inexistência de Presidente, poderá a sessão solene de posse do Governador e do Vice-Governador ser convocada por qualquer número de Deputados.

§ 3.º Quando coincidir a posse do Governador e do Vice-Governador, esta será empessada em primeiro lugar e, assumindo a direção dos trabalhos, dará posse ao Governador.

Art. 17. Aberta a sessão, o Presidente nomeará uma comissão de Deputados para conduzir ao recinto o Governador, o qual fará, de pé e em voz alta, o seguinte juramento: «Prometo cumprir as constituições da União e do Estado, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado, em benefício dos reais interesses do povo». Em seguida, comparecerá ao local designado do Presidente.

§ 1.º Durante o ato do juramento, todos os presentes ficarão de pé.

§ 2.º Da posse, será lido um termo, que, depois de lido pelo 1.º Secretário, será assinado pelo Governador e dos membros da Mesa.

§ 3.º Nessa sessão, será concedida a palavra ao Deputado designado pelo Presidente para orar em nome da comunidade. A seguir, o Presidente consultará o Governador sobre se o mesmo deseja usar da palavra, a qual lhe será concedida, se assim o desejar.

§ 4.º Encerrada a sessão, o Governador será acompanhado pelos Deputados que o despirem, até a porta principal do edifício.

TÍTULO IV

Das comissões

SECCAO I

Disposições Gerais

Art. 18. Eleita a Mesa, a Assembléa Legislativa iniciará os trabalhos de cada reunião ordinária, organizando suas Comissões.

Art. 19. Na constituição das Comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos que participem da Assembléa.

§ 1.º A partilha de lugares, nas Comissões, será feita pelo Presidente da Mesa, com aprovação do Plenário.

§ 2.º Para os efeitos deste artigo, equipara-se o Partido à coligação ou união de Partidos, na forma da lei.

Art. 20. As Comissões serão Permanentes ou Especiais.

§ 1.º As Comissões Permanentes têm por fim estudar as proposições submetidas ao seu exame e sobre elas manifestar sua opinião e subsidiar por todos os meios legais. Seus membros, designados pelo Presidente da Assembléa, serão indicados pelos líderes partidários, juntamente com mais um Deputado, que funcionará como suplente, na ausência dos efetivos.

§ 2.º As Comissões Especiais extinguir-se-ão uma vez preenchidos os fins a que se destinam. Seus membros serão nomeados pelo Presidente da Assembléa.

Art. 21. Haverá as seguintes Comissões Permanentes:

I — Constituição e Justiça, com sete (7) membros e um (1) suplente de cada bancada, nos termos do § 1.º do artigo anterior;

II — Finanças, com sete (7) membros e um (1) suplente de cada bancada, nos termos do § 1.º do artigo anterior;

III — Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura, com cinco (5) membros e um (1) suplente de cada bancada, nos termos do § 1.º do artigo anterior;

IV — Agricultura, Indústria e Comércio, com cinco (5) membros e um (1) suplente de cada bancada, nos termos do § 1.º do artigo anterior;

V — Obras, Terras e Viação, com cinco (5) membros e um (1) suplente de cada bancada, nos termos do § 1.º do artigo anterior;

VI — Redação de Leis, com cinco (5) membros e um (1) suplente de cada bancada, nos termos do § 1.º do artigo anterior.

Art. 22. Nenhuma Comissão Permanente ou Especial terá menos de cinco (5) ou mais de sete (7) membros.

§ 1.º Nenhum Deputado poderá pertencer a mais de três (3) Comissões Permanentes.

§ 2.º Nenhum suplente poderá fazer parte de Comissões Permanentes, mesmo que esteja substituindo Deputados que integram quaisquer desses órgãos técnicos.

Art. 23. As Comissões elegerão, dentre os seus membros, o seu Presidente e o seu Vice-Presidente.

Parágrafo Único. Na falta ou impedimento dos dois, dirigirá os trabalhos das Comissões o mais idoso de seus membros.

Art. 24. A matéria encaminhada às Comissões será relatada por um dos seus membros, após designação escrita, feita pelo Presidente, no processo.

§ 1.º Qualquer membro de Comissão poderá dar voto em separado, assinado com restrições ou vencido.

§ 2.º Rejeitado o parecer apresentado, será nomeado pelo Presidente outro membro para lavrar a decisão da Comissão, ou, se aceite, transformado em parecer o voto em separado.

§ 3.º No intuito de apresentar os trabalhos de qualquer Comissão o respectivo Presidente poderá mandar intervir e distribuir no menor prazo possível, a proposição, em análise e a justificativa, bem como o parecer apresentado pelo relator, marcando sessão futura para debate e votação dessa parecer e dos votos em separado, porventura oferecidos nessa oportunidade.

Art. 25. As Comissões poderão pedir, imediatamente, as informações necessárias ao desempenho dos seus trabalhos.

Art. 26. As Comissões reunir-se-ão, ordinariamente, uma ou mais vezes por semana, em dias e horas prefixados.

§ 1.º Poderá haver reuniões extraordinárias convocadas pelos respectivos Presidentes, de ofício ou a requerimento de qualquer dos seus membros.

§ 2.º As Comissões não se reunirão em horas que coincidam com as sessões ordinárias da Assembléa, salvo em convocação extraordinária ou por motivo de urgência.

Art. 27. As Comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 28. Distribuída a matéria e recebido o processo, o relator designado deverá apresentar o parecer dentro do prazo de dez (10) dias, findo o qual, e não cumprida a determinação, serão os autos cobrados e designado novo relator para opinar em idêntico prazo.

Art. 29. As Comissões poderão propor a adoção, ou a rejeição total ou parcial, apresentar substitutivos, emendas ou formular pro-

jetos sobre qualquer proposição, requerimento e matéria enviada pela Mesa à sua apreciação.

Art. 30. Durante a discussão de qualquer matéria, os membros das Comissões poderão usar da palavra por duas vezes, por prazos de dez minutos, e o relator terá o direito de tréplica, por igual prazo.

§ 1.º Encerrada a discussão, a votação a parecer, o qual, se aprovado, será assinado pelos membros presentes.

§ 2.º Se na discussão da matéria houver alteração com a que concedida o relator, será-lhe a concessão de prazo, até a próxima sessão, para nova redação.

Art. 31. Os Presidentes das Comissões só concederão vista à matéria em debate até a seguinte sessão ordinária.

Parágrafo Único. Esse direito será limitado pelo prazo da que designa a Comissão para apresentar parecer.

Art. 32. Nenhum Deputado poderá votar em seu poder processos ou documentos, além dos processos previstos neste Regimento.

Art. 33. É permitido a qualquer Deputado assistir às reuniões das Comissões, participar dos debates, sem direito a voto.

Art. 34. As Comissões terão ao seu dispor, designado pelo Diretor da Secretaria, um funcionário que se encarregará da guarda das respectivas atas, em livros especiais, serviço de arquivo e guarda dos processos.

Art. 35. A remessa da matéria às Comissões será feita por intermédio da Secretaria e entregue ao respectivo Presidente, no prazo de vinte e quatro horas, ou imediatamente, em caso de urgência.

§ 1.º Os pareceres e processos enviados pelas Comissões à Mesa serão encaminhados também por intermédio da Secretaria, sujeitos aos mesmos prazos.

§ 2.º A remessa de processo distribuído a mais de uma Comissão será feita diretamente de uma a outra, registrada no protocolo da Comissão e comunicada à Secretaria para o registro geral.

Art. 36. É facultado aos Presidentes das Comissões requerer, imediatamente, a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 37. É vedado às Comissões manifestarem-se:

I — sobre constitucionalidade de proposição em contrário ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça;

II — sobre a conveniência ou a oportunidade de despesa, em oposição ao parecer da Comissão de Finanças;

III — sobre o que não for de sua competência, ao apreciar proposição submetida ao seu exame.

Parágrafo Único. Considerar-se-á inexistente o parecer, ou parte dele, que infringir o disposto neste artigo.

Art. 38. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que não seja maioria absoluta dos seus membros, concluir pela inconstitucionalidade da proposição, será enviado imediatamente ao Plenário, para inclusão na Ordem do Dia. Porém, se o Plenário julgar constitucional a proposição, será esta encaminhada às outras Comissões às quais tenha sido distribuída.

Art. 39. É vedado a membro de Comissões relatar proposição de sua autoria, de iniciativa de Deputado ligado a ele por força de laços de parentesco, e em matéria de interesse pessoal.

Parágrafo Único. O Deputado que pertencer a mais de uma Comissão só poderá relatar o mesmo processo numa única Comissão, dentre as quais faça parte.

SECCAO II

Da Presidência

Art. 40. Aos Presidentes das Comissões compete:

I — determinar e comunicar à Mesa os dias das reuniões ordinárias das Comissões;

II — convocar, de ofício ou a

requerimento de qualquer membro, reuniões extraordinárias;

III — presidir os trabalhos, manter a ordem e encaminhar o debate;

IV — dar conhecimento às Comissões de toda matéria recebida e despachá-la;

V — designar relatores para matéria sujeita a parecer ou avocá-la;

VI — conceder a palavra, advertir o orador ou interrompê-lo, quando estiver falando sobre matéria vencida;

VII — contar os votos e proclamar o resultado;

VIII — dar vista, assinar pareceres e os demais membros a fazer;

IX — representar as Comissões e solicitar ao Presidente da Assembléa o preenchimento das vagas que ocorrerem.

Art. 41. Os Presidentes das Comissões poderão funcionar como relator e têm o direito de voto.

SECCAO III

Da competência

Art. 42. A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I — opinar sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico das proposições;

II — dizer do mérito de todas os assuntos atinentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público;

III — falar a respeito das proposições que envolvem matéria de Direito;

IV — manifestar-se sobre petição de mandato e concessão de licença para processar Deputado;

V — estudar proposta de emenda ou reforma da Constituição Política do Estado;

VI — dar parecer sobre a fiscalização do efetivo da Polícia Militar;

Art. 43. A Comissão de Finanças compete opinar:

I — sobre a proposta do orçamento ou, na falta desta, organizar o projeto-de-lei orçamentária;

II — sobre abertura de crédito ou sua autorização;

III — sobre matéria tributária e empréstimos públicos;

IV — quanto ao aspecto financeiro, sobre todas as proposições que visem aumentar ou diminuir a despesa e a receita públicas.

Art. 44. As demais Comissões Permanentes têm sua competência definida nos parágrafos seguintes.

§ 1.º A Comissão de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura opinará sobre assunto de assistência social, saúde pública, higiene, assistência sanitária, educação e instrução pública e sobre as proposições relativas a matéria assistencial, cultural e artística.

§ 2.º A Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete dizer sobre as proposições relativas a qualquer assunto atinente a agricultura, pecuária, indústria e comércio.

§ 3.º A Comissão de Obras, Terras e Viação compete opinar sobre assuntos ligados a viação, transporte, comunicações, terras e obras públicas.

§ 4.º A Comissão de Redação de Leis compete a redação final de todas as proposições, quando projetos-de-lei ou de resolução, com ressalva de emendas ao texto constitucional e a este Regimento.

SECCAO IV

Das Vagas

Art. 45. As vagas, nas Comissões, verificar-se-ão com:

I — a renúncia;

II — o falecimento;

III — a perda do lugar;

IV — a concessão do mandato;

V — a licença ou afastamento temporário, nos casos previstos na Constituição e neste Regimento.

Art. 46. As vagas nas Comissões serão preenchidas por designação do Presidente, mediante indicação do líder partidário e que couber.

TÍTULO V

Das sessões

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 47. As sessões da Assembleia serão preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes, especiais e secretas, assim definidas:

I — preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembleia, em cada reunião legislativa anual;

II — ordinárias, as realizadas todos os dias úteis, exceto aos sábados, dentro do período previsto no art. 2.º deste Regimento;

III — extraordinárias, as sessões realizadas em dia ou hora diferentes do previsto para sessões ordinárias;

IV — solenes são aquelas destinadas a grandes comemorações, homenagens especiais, instalação e encerramento das sessões legislativas;

V — especiais, aquelas destinadas a fim determinado especialmente e convocadas, em Plenário, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas.

Parágrafo único. As sessões da Assembleia serão integralmente publicadas no DIÁRIO OFICIAL, sentença e duas (2) horas após a realização das mesmas.

Art. 48. As sessões ordinárias realizar-se-ão todos os dias úteis, exceto aos sábados, começando às quinze (15) horas e terminando às (18) horas, se antes não se esgotar a matéria.

Art. 49. A convocação de sessões extraordinárias, solenes ou especiais será feita, por membros da Assembleia, por ofício, telegrama ou edital, obedecendo o prazo mínimo de quarenta e oito (48) horas, salvo a hipótese do art. 3.º, deste Regimento, a qual independe de convocação, e será realizada às dez (10) horas.

Parágrafo único. Quando em reunião ordinária, a convocação poderá ser feita em Plenário.

Art. 50. E' da competência do Presidente da Assembleia ou da maioria absoluta de seus membros a convocação das sessões extraordinárias, solenes e especiais.

Art. 51. As sessões extraordinárias terão a mesma duração prevista para as ordinárias.

Parágrafo único. Quando as sessões extraordinárias forem convocadas pelo Presidente, em Plenário, ficarão sujeitos à aprovação dos Deputados presentes.

Art. 52. Nas sessões extraordinárias, convocadas pelo Poder Executivo, serão discutidos e votados, preferencialmente, na 2.ª parte da Ordem do Dia, os projetos indicados nas mensagens dirigidas ao Legislativo por aquele Poder e que constituíam objeto da convocação.

Art. 53. A sessão somente será suspensa por conveniência da ordem ou por falta de "quorum" para votação, podendo, no entanto, ser interrompida para a recepção de altas personalidades, de ofício, pelo Presidente, ou por deliberação do Plenário.

Art. 54. O tempo destinado às sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1.º O requerimento de prorrogação verbal prefixará o prazo, não terá discussão e será sempre votado pelo processo simbólico.

§ 2.º O Deputado que requerer a prorrogação é obrigado a declarar o objetivo de seu pedido.

§ 3.º A prorrogação para explicação pessoal não poderá exceder de meia hora e só será concedida para depois de esgotado o tempo destinado à Ordem do Dia.

SECÇÃO II

Das Sessões Secretas

Art. 55. A Assembleia poderá realizar sessões secretas a requerimento escrito e assinado por um mínimo de cinco (5) Deputados.

§ 1.º Esse requerimento, apresentado ao Presidente da Assembleia, será imediatamente submetido à deliberação dos Presidentes

das Comissões Permanentes, com a presença apenas do autor do requerimento para justificá-lo verbalmente.

§ 2.º A sessão secreta, requerida pelo terço dos membros da Assembleia, será convocada independentemente de consulta aos Presidentes das Comissões.

Art. 56. Durante as sessões secretas só terão acesso ao recinto onde as mesmas se realizarem os Deputados, sendo vedado o ingresso de pessoas estranhas, inclusive funcionários da Assembleia.

Art. 57. A ata da sessão secreta será aprovada pela Assembleia, na mesma ocasião, depois de redigida por um dos Secretários da Mesa e, em seguida, fechada em invólucro lacrado e rubricado pelo Presidente, 1.º e 2.º Secretários, com a data da sessão.

Art. 58. A Assembleia resolverá, antes de encerrar a sessão, se deverão ficar secretos os debates e as deliberações.

SECÇÃO III

Da Ordem

Art. 59. Durante as sessões serão observadas as seguintes regras:

I — somente os Deputados poderão permanecer nas bancadas;

II — não será permitida conversação no recinto, em tom que dificulte a percepção da leitura da pauta, perturbe os debates ou as deliberações da Mesa;

III — os Deputados falarão de pé e somente quando enfermos poderão fazê-lo sentados;

IV — qualquer Deputado só poderá falar das bancadas ou da tribuna, mesmo para pedir apartes;

V — nenhum Deputado poderá falar sem permissão do Presidente e, em caso de insistência, este ordenará a suspensão do serviço taquígrafico ou, mesmo, suspenderá a sessão;

VI — o orador dirigir-se-á ao Presidente e aos Deputados, em geral;

VII — é obrigatório o tratamento, nos debates, de Excelência a Senhor Deputado.

Art. 60. Os Deputados só poderão apartar da bancada e quando obtiverem licença do orador.

§ 1.º O aparte deverá ser breve, para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate, não sendo permitido discursos em paralelo.

§ 2.º Não será permitido apartar:

I — à palavra do Presidente;

II — à justificação de voto;

III — à exposição de questão de ordem.

§ 3.º Os apartes proferidos em desacordo com o previsto neste artigo não serão publicados.

Art. 61. Os Deputados só poderão falar:

I — na hora do Expediente, para versar sobre qualquer assunto, exceto para a apresentação de projetos-de-lei, de resolução ou de emenda constitucional, o que somente poderá ser feito na 1.ª parte da Ordem do Dia;

II — pela ordem, para citar ou pedir cumprimento do Regimento, dentro do prazo de cinco (5) minutos;

III — para propor urgência;

IV — para justificar o voto, no prazo de cinco (5) minutos;

V — sobre projeto, requerimento, indicação ou parecer, obedecendo o disposto neste Regimento;

VI — para explicação pessoal.

Art. 62. Nenhum Deputado falará em sentido contrário ao que já estiver decidido pela Assembleia.

Art. 63. Os Deputados que so-

lertarem a palavra sobre proposição em debate não poderão:

I — desviar-se da matéria em discussão;

II — usar linguagem imprópria;

III — deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 64. Quando mais de um Deputado pedir a palavra simultaneamente, esta será concedida:

I — ao autor da proposição;

II — ao líder da bancada;

III — ao relator;

IV — ao autor de emendas;

V — ao mais idoso.

Art. 65. Os membros da Mesa, quando quiserem tomar parte nos debates, ocuparão a tribuna ou irão às bancadas e ficarão afastados de suas funções, enquanto perdurar a discussão ou votação das matérias por eles discutidas.

TÍTULO VI

Da Ordem dos Trabalhos

SECÇÃO I

Do Expediente

Art. 66. A hora do início da sessão, os membros da Mesa e os Deputados deverão ocupar os respectivos lugares. O Presidente fará soar a campá e mandará fazer a chamada.

§ 1.º Caso estejam presentes, no mínimo, treze (13) Deputados, o Presidente mandará proceder à leitura do Expediente, concedendo, após, a palavra aos Deputados inscritos e, na ausência desse, aos que dela queiram fazer uso.

§ 2.º Se não for verificada a presença do número de Deputados de que trata o parágrafo anterior, o Presidente aguardará quinze (15) minutos. Esgotados esse prazo, e ainda permanecer a ausência desse número, o Presidente designará a Ordem do Dia para a sessão seguinte e declarará não haver sessão.

Art. 67. Havendo número legal, será declarada aberta a sessão, que terá o seu período de duração a contar das quinze (15) horas, mesmo que tenha tido o seu início depois desta hora, isto é, de acordo com o que preceitua o § 2.º, do art. 66.

Art. 68. O Expediente não poderá durar mais de uma (1) hora, proibida qualquer prorrogação.

§ 1.º A ata será lida e votada no decorso da hora do Expediente, a qualquer momento em que o Presidente constatar a presença de, pelo menos, dezoito (18) Deputados.

§ 2.º Qualquer reclamação sobre a ata, escrita ou verbal, será feita antes da sua votação, competindo ao 2.º Secretário dar as explicações necessárias e, ao Presidente, mandar registrar, em seguimento, a modificação pedida, se aceita pelo Plenário.

§ 3.º A ata, lavrada em livro especial, com a data, hora do início e encerramento da sessão, resumo do ocorrido, nomes dos Deputados presentes e ausentes por motivo justificado, será publicada no "Diário da Assembleia".

§ 4.º No Expediente serão lidos, em sumário, os papéis sobre a Mesa, no prazo máximo de quinze (15) minutos, e, depois, concedida a palavra aos oradores previamente inscritos, em livro especial, para versarem sobre assunto de sua livre escolha, respeitado o disposto no item I, do art. 61.

§ 5.º Não havendo oradores inscritos, poderão falar os Deputados que pedirem a palavra, o mesmo acontecendo se os inscritos não esgotarem o tempo previsto para essa parte da sessão.

§ 6.º O orador inscrito que não ultimar seu discurso poderá re-

querer ao Presidente para terminá-lo na sessão seguinte, no prazo máximo de quinze (15) minutos, o que somente lhe será concedido uma vez.

§ 7.º Nenhum Deputado poderá falar duas (2) vezes na hora do Expediente, qualquer que seja o argumento invocado.

§ 8.º O Deputado inscrito, que ceder a sua vez a outro, somente poderá fazer uso da palavra no expediente da mesma sessão, após constatação, pela Mesa, a ausência do primeiro.

Art. 69. O orador inscrito, que não fizer uso da palavra, pelo prazo de cinco (5) sessões ordinárias consecutivas, perderá o direito à sua inscrição.

Parágrafo único. O Deputado inscrito poderá ceder a sua vez a outro Deputado, perdendo, nesse caso, o direito à sua inscrição.

Art. 70. Por deliberação do Plenário, a hora do Expediente de qualquer sessão, com antecedência de quarenta e oito (48) horas, poderá ser reservada a comemoração cívica ou para tratar, exclusivamente, de um determinado assunto.

Art. 71. Na hora do Expediente é facultada a apresentação de pedidos de informações ou requerimentos e vedada qualquer discussão ou votação, à execução da ata, de acordo com o estipulado no § 1.º, do art. 68, deste Regimento.

SECÇÃO II

Da Ordem do Dia

Art. 72. Esgotada a hora do Expediente, e estando presentes, pelo menos, dezoito (18) Deputados, o Presidente anunciará o início da primeira parte da Ordem do Dia, com a duração máxima de uma (1) hora, improrrogável, ocasião em que serão votados, preferencialmente, os pedidos de licença de Deputados, que se encontrem sobre a Mesa; apresentados projetos-de-lei, de resolução ou de emenda-constitucional, e discutidos e votados os requerimentos e proposições destinados a essa parte da sessão.

§ 1.º É facultado também aos Deputados integrantes de Comissões Permanentes a leitura de pareceres em processo para os quais tenham sido designados relatores, bem como a apresentação de requerimentos, com justificativa oral ou escrita, por qualquer Deputado, depois de esgotada a matéria prevista neste artigo.

§ 2.º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os Deputados só poderão falar, cada um, pelo prazo máximo de quinze (15) minutos, na apresentação de cada requerimento.

§ 3.º Quando houver sido concedida urgência, a matéria objeto do pedido será discutida e votada pelo disposto neste Regimento.

§ 4.º Os requerimentos de votação imediata, apresentados na 1.ª parte da Ordem do Dia, só terão a sua discussão e votação realizadas na 1.ª parte da Ordem do Dia da sessão seguinte.

Art. 73. Finda a 1.ª parte da Ordem do Dia, por esgotado o tempo ou falta de matéria, passar-se-á à 2.ª parte da Ordem do Dia, a qual terá a duração de uma (1) hora, reservada exclusivamente à discussão e votação dos projetos-de-lei, de resolução de emenda constitucional.

§ 1.º O 1.º Secretário fará a leitura da matéria que vai ser submetida à discussão e votação.

§ 2.º É facultada ao Plenário a dispensa de leitura dos pareceres, projetos e requerimentos,

quando impressos e distribuídos em avulsos, anunciado o Presidente, e, nesse caso, de maneira clara e precisa a matéria objeto de deliberação.

§ 3.º A discussão poderá ser feita com qualquer número de Deputados, porém, a votação só será realizada quando houver número legal, ou seja, presente a maioria absoluta dos membros da Assembleia.

§ 4.º Quando, em qualquer sessão, houver número para deliberar, e, porventura, algum Deputado do estivo usando da palavra, será este interrompido pelo Presidente, para a votação da matéria, adida por falta de "quorum", finda a qual o orador continuará com a palavra para prosseguimento de seu discurso.

§ 5.º Depois de declarada encerrada, por falta de oradores, qualquer discussão, não será mais permitida o debate.

Art. 74. Finda a parte dos trabalhos, por falta de matéria ou esgotado o tempo para a mesma, o Presidente anunciará as matérias que se encontrem em condições para entrar na Ordem do Dia da sessão seguinte e declarará encerrada a sessão.

Parágrafo único. Restando ainda tempo, na 2.ª parte da Ordem do Dia, por não haver matéria, qualquer Deputado poderá usar da palavra para explicação pessoal, durante dez (10) minutos.

Art. 75. A 2.ª parte da Ordem do Dia de cada sessão somente poderá ser prorrogada uma vez, pelo prazo máximo de uma (1) hora, a requerimento verbal de qualquer Deputado, o que, excepcionalmente e para esse fim, poderá ser feito o decidido pelo Plenário, no decorrer dessa fase dos trabalhos.

TÍTULO VII

SEÇÃO I Das Questões de Ordem

Art. 76. Toda a dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, ou relacionada com a Constituição Federal ou do Estado, constituirá "questão de ordem", que só deverá ser levantada quando for de natureza a influir diretamente na marcha dos trabalhos ou na decisão da matéria.

§ 1.º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez (10) minutos, ao formular, uma, ou simultaneamente, mais de uma "questão de ordem", tanto a hora do Expediente, como durante a Ordem do Dia. Não será permitida mais de uma "questão de ordem" depois de iniciada a votação de cada matéria da Ordem do Dia.

§ 2.º Sobre a mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma (1) vez, pelo prazo de cinco (5) minutos.

§ 3.º Todas as "questões de ordem", claramente formuladas, por escrito, com indicação precisa das disposições cuja observância se pretenda elucidar, serão resolvidas, soberana e conclusivamente, pelo Plenário. Qualquer consideração ou protesto sobre a questão decidida só poderá ser feito, à hora do Expediente, ou em explicação pessoal, em sessão posterior.

§ 4.º Se o Deputado não indicar, inicialmente, as disposições em que se assenta a "questão de ordem", enunciando-a, desde logo, em termos claros e precisos, o Presidente não lhe permitirá a

continuação na tribuna e determinará a exclusão, na ata, das palavras por ele pronunciadas.

§ 5.º As decisões do Plenário sobre uma "questão de ordem" serão juntamente com esta, registradas em livro especial, passando a ser parte integrante deste Regimento.

SEÇÃO II Pela Ordem

Art. 77. Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado, "pela ordem", reclamar a observância da disposição expressa do Regimento, indicada, precisamente e sem comentários, sob as penas de ser discutida essa reclamação.

Parágrafo único. No ato da discussão ou da votação de qualquer matéria, a palavra "pela ordem", somente será concedida uma vez, e pelo prazo máximo de cinco (5) minutos, a cada Deputado, para formular uma reclamação, e a outro, para contestá-la, no mesmo prazo.

TÍTULO VIII Das Proposições

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 78. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia.

§ 1.º Consideram-se proposições:

- I — projetos-de-lei, de resoluções e de emendas à Constituição;
- II — parecer das comissões;
- III — indicações;
- IV — requerimentos;
- V — emendas.

§ 2.º Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assuntos dentro da competência da Assembleia, redigidas com clareza, sem conter expressões ofensivas.

§ 3.º A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição:

- I — evidentemente inconstitucional;
- II — anti-regimental;
- III — que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 4.º Se o autor da proposição recusada não se conformar com a decisão, manifestará ao Presidente seu desejo de que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, a qual opinará, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, sobre a decisão da Mesa. Se essa manifestação for favorável à proposição, esta será considerada em condições de ser aceita, e terá curso normal na Câmara, e, em caso contrário, será arquivada. Na hipótese de a Comissão de Constituição e Justiça não se manifestar no prazo que lhe é atribuído, a proposição virá, obrigatoriamente, à deliberação do Plenário, para que este decida sobre a sua aceitação ou não, como matéria de deliberação.

§ 5.º Considera-se autor da proposição, para efeito regimental, o seu primeiro signatário.

§ 6.º O autor poderá fundamentar a proposição por escrito ou verbalmente.

Art. 79. Toda e qualquer proposição à Assembleia só terá sua tramitação iniciada depois de extraída cópia da mesma, quando se tratar de matéria oriunda de outro Poder. Em se tratando de proposição formulada por membro da Assembleia, deverá vir acompanhada da respectiva cópia, a fim de que, em caso de extravio, possibilite sua fácil restauração.

Parágrafo único. Nessa cópia, serão anotados, concomitantemente, os despachos que merecerem os respectivos originais.

SEÇÃO II Dos Projetos

Art. 80. A iniciativa dos projetos-de-lei a serem votados pela Assembleia será:

- I — do Governador do Estado;
- II — do Deputado;
- III — das Comissões.

Art. 81. Os projetos-de-resolução destinam-se a regular matéria de caráter político ou administrativo, da alçada exclusiva da Assembleia, tais como:

- I — perda do mandato de Deputado;
- II — concessão de licença para o processo criminal ou prisão de Deputados;
- III — todo e qualquer assunto de sua economia interna ou de sua competência exclusiva. (Art. 25, da Constituição Política do Estado).

Art. 82. Os projetos deverão conter ementa enunciativa de seu objeto e ser apresentados divididos em artigos numerados, claros e concisos.

Art. 83. Dentro de quarenta e oito (48) horas da sua apresentação, o projeto será remetido à Comissão ou às Comissões competentes. Se, decorridos os quinze (15) dias, não tiverem entrado em discussão, o Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, o incluirá na Ordem do Dia para ser discutido e votado, independentemente de parecer.

Parágrafo único. Se, nessa hipótese, tratar-se de matéria sobre a qual resolva a Assembleia não prescindir de parecer, voltará o projeto à Comissão de origem, para opinar, no prazo improrrogável de cinco (5) dias.

Art. 84. O projeto-de-lei aprovado pela Assembleia, de acordo com os dispositivos regimentais, será enviado ao Governador, para sanção, promulgação e publicação, ou veto, nos termos do art. 29, da Constituição Política do Estado.

Art. 85. Os projetos-de-lei não apreciados e votados na mesma Legislatura de sua apresentação serão, no final desta, automaticamente arquivados.

SEÇÃO III Das Indicações

Art. 86. Indicação é a proposição em que o Deputado pede a manifestação da Assembleia ou de suas Comissões sobre determinado assunto, visando a elaboração de projetos sobre matéria de competência do Legislativo.

§ 1.º As indicações são redigidas por escrito, em termos explícitos, e assinados pelos seus autores.

§ 2.º Recebidas pela Mesa, serão encaminhadas à Comissão competente para estudo e parecer, no prazo máximo de quinze (15) dias.

§ 3.º Se a Comissão concluir pelo oferecimento de projeto, este será lido em Plenário e seguirá os trâmites regimentais. Em caso contrário, o Presidente da Assembleia determinará o arquivamento da indicação, dando conhecimento do fato ao autor, para que este, se quiser, ofereça projeto de sua autoria à consideração do Plenário.

SEÇÃO IV Dos Requerimentos

Art. 87. Requerimento é qualquer pedido feito à Assembleia, sobre objeto de expediente ou de ordem, pelo Deputado ou Comissão.

SEÇÃO V Das Emendas

Art. 88. Emenda é a proposição de duas (2) espécies:

- I — sujeitos a despacho do Presidente;
- II — dependentes de deliberação do Plenário.

§ 2.º Quanto ao aspecto formal, os requerimentos são:

- I — verbais;
- II — escritos.

Art. 88. Será despachado pelo Presidente, imediatamente, o requerimento verbal que solicite:

- I — a palavra ou a sua desistência;
- II — permissão para falar senão;
- III — inserção de declaração ou voto em ata;
- IV — retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição;
- V — verificação de votação;
- VI — informação sobre a ordem dos trabalhos, sobre a pauta ou Ordem do Dia;
- VII — preenchimento de lugar em Comissão;
- VIII — inclusão, em "Ordem do Dia", de proposição em condições regimentais;
- IX — designação de Comissões Especiais.

Art. 89. Será também despachado pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

- I — audiência de comissão;
- II — informações oficiais.

§ 1.º Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a atos dos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Legislativo.

§ 2.º O Presidente encaminhará o requerimento de informações, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

§ 3.º Encaminhado um requerimento de informações, se essas não forem prestadas dentro de dez (10) dias, o Presidente da Assembleia fará reiterar o pedido, através de ofício.

Art. 90. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, os seguintes requerimentos verbais:

- I — de representação da Assembleia por comissão externa;
- II — de prorrogação de sessão da Assembleia para prosseguimento de discussão ou votação de proposição na 2.ª parte da Ordem do Dia, ou para explicação pessoal, obedecido o que preceitua o art. 54 e seus parágrafos, desta Regimento.

Art. 91. Depende de deliberação imediata do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — manifestação de luto oficial ou voto de pesar;
- II — suspensão de sessão;
- III — voto de aplausos, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações por ato público ou acontecimento de alta significação nacional;
- IV — urgência.

Parágrafo único. Os requerimentos de que trata este artigo deverão ser subscritos pelos respectivos autores.

Art. 92. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — renúncia de membro da Mesa;
- II — adiamento de discussão ou votação;
- III — votação por escrutínio secreto e nominal;
- IV — inserção na ata de documento ou publicação oficial;
- V — sessão extraordinária ou secreta;
- VI — licença de Deputados.

SEÇÃO V Das Emendas

Art. 93. Emenda é a proposição de duas (2) espécies:

- I — sujeitos a despacho do Presidente;
- II — dependentes de deliberação do Plenário.

§ 2.º Quanto ao aspecto formal, os requerimentos são:

- I — verbais;
- II — escritos.

Art. 88. Será despachado pelo Presidente, imediatamente, o requerimento verbal que solicite:

- I — a palavra ou a sua desistência;
- II — permissão para falar senão;
- III — inserção de declaração ou voto em ata;
- IV — retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição;
- V — verificação de votação;
- VI — informação sobre a ordem dos trabalhos, sobre a pauta ou Ordem do Dia;
- VII — preenchimento de lugar em Comissão;
- VIII — inclusão, em "Ordem do Dia", de proposição em condições regimentais;
- IX — designação de Comissões Especiais.

Art. 89. Será também despachado pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

- I — audiência de comissão;
- II — informações oficiais.

§ 1.º Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a atos dos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Legislativo.

§ 2.º O Presidente encaminhará o requerimento de informações, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

§ 3.º Encaminhado um requerimento de informações, se essas não forem prestadas dentro de dez (10) dias, o Presidente da Assembleia fará reiterar o pedido, através de ofício.

Art. 90. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, os seguintes requerimentos verbais:

- I — de representação da Assembleia por comissão externa;
- II — de prorrogação de sessão da Assembleia para prosseguimento de discussão ou votação de proposição na 2.ª parte da Ordem do Dia, ou para explicação pessoal, obedecido o que preceitua o art. 54 e seus parágrafos, desta Regimento.

Art. 91. Depende de deliberação imediata do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — manifestação de luto oficial ou voto de pesar;
- II — suspensão de sessão;
- III — voto de aplausos, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações por ato público ou acontecimento de alta significação nacional;
- IV — urgência.

Parágrafo único. Os requerimentos de que trata este artigo deverão ser subscritos pelos respectivos autores.

Art. 92. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — renúncia de membro da Mesa;
- II — adiamento de discussão ou votação;
- III — votação por escrutínio secreto e nominal;
- IV — inserção na ata de documento ou publicação oficial;
- V — sessão extraordinária ou secreta;
- VI — licença de Deputados.

SEÇÃO V
Das Emendas

Art. 93. Emenda é a proposição

de duas (2) espécies:

- I — sujeitos a despacho do Presidente;
- II — dependentes de deliberação do Plenário.

§ 2.º Quanto ao aspecto formal, os requerimentos são:

- I — verbais;
- II — escritos.

Art. 88. Será despachado pelo Presidente, imediatamente, o requerimento verbal que solicite:

- I — a palavra ou a sua desistência;
- II — permissão para falar senão;
- III — inserção de declaração ou voto em ata;
- IV — retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição;
- V — verificação de votação;
- VI — informação sobre a ordem dos trabalhos, sobre a pauta ou Ordem do Dia;
- VII — preenchimento de lugar em Comissão;
- VIII — inclusão, em "Ordem do Dia", de proposição em condições regimentais;
- IX — designação de Comissões Especiais.

Art. 89. Será também despachado pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

- I — audiência de comissão;
- II — informações oficiais.

§ 1.º Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a atos dos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Legislativo.

§ 2.º O Presidente encaminhará o requerimento de informações, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

§ 3.º Encaminhado um requerimento de informações, se essas não forem prestadas dentro de dez (10) dias, o Presidente da Assembleia fará reiterar o pedido, através de ofício.

Art. 90. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, os seguintes requerimentos verbais:

- I — de representação da Assembleia por comissão externa;
- II — de prorrogação de sessão da Assembleia para prosseguimento de discussão ou votação de proposição na 2.ª parte da Ordem do Dia, ou para explicação pessoal, obedecido o que preceitua o art. 54 e seus parágrafos, desta Regimento.

Art. 91. Depende de deliberação imediata do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — manifestação de luto oficial ou voto de pesar;
- II — suspensão de sessão;
- III — voto de aplausos, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações por ato público ou acontecimento de alta significação nacional;
- IV — urgência.

Parágrafo único. Os requerimentos de que trata este artigo deverão ser subscritos pelos respectivos autores.

Art. 92. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — renúncia de membro da Mesa;
- II — adiamento de discussão ou votação;
- III — votação por escrutínio secreto e nominal;
- IV — inserção na ata de documento ou publicação oficial;
- V — sessão extraordinária ou secreta;
- VI — licença de Deputados.

SEÇÃO V
Das Emendas

Art. 93. Emenda é a proposição

de duas (2) espécies:

- I — sujeitos a despacho do Presidente;
- II — dependentes de deliberação do Plenário.

§ 2.º Quanto ao aspecto formal, os requerimentos são:

- I — verbais;
- II — escritos.

Art. 88. Será despachado pelo Presidente, imediatamente, o requerimento verbal que solicite:

- I — a palavra ou a sua desistência;
- II — permissão para falar senão;
- III — inserção de declaração ou voto em ata;
- IV — retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição;
- V — verificação de votação;
- VI — informação sobre a ordem dos trabalhos, sobre a pauta ou Ordem do Dia;
- VII — preenchimento de lugar em Comissão;
- VIII — inclusão, em "Ordem do Dia", de proposição em condições regimentais;
- IX — designação de Comissões Especiais.

Art. 89. Será também despachado pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

- I — audiência de comissão;
- II — informações oficiais.

§ 1.º Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a atos dos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Legislativo.

§ 2.º O Presidente encaminhará o requerimento de informações, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

§ 3.º Encaminhado um requerimento de informações, se essas não forem prestadas dentro de dez (10) dias, o Presidente da Assembleia fará reiterar o pedido, através de ofício.

Art. 90. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, os seguintes requerimentos verbais:

- I — de representação da Assembleia por comissão externa;
- II — de prorrogação de sessão da Assembleia para prosseguimento de discussão ou votação de proposição na 2.ª parte da Ordem do Dia, ou para explicação pessoal, obedecido o que preceitua o art. 54 e seus parágrafos, desta Regimento.

Art. 91. Depende de deliberação imediata do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — manifestação de luto oficial ou voto de pesar;
- II — suspensão de sessão;
- III — voto de aplausos, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações por ato público ou acontecimento de alta significação nacional;
- IV — urgência.

Parágrafo único. Os requerimentos de que trata este artigo deverão ser subscritos pelos respectivos autores.

Art. 92. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — renúncia de membro da Mesa;
- II — adiamento de discussão ou votação;
- III — votação por escrutínio secreto e nominal;
- IV — inserção na ata de documento ou publicação oficial;
- V — sessão extraordinária ou secreta;
- VI — licença de Deputados.

SEÇÃO V
Das Emendas

Art. 93. Emenda é a proposição

de duas (2) espécies:

- I — sujeitos a despacho do Presidente;
- II — dependentes de deliberação do Plenário.

§ 2.º Quanto ao aspecto formal, os requerimentos são:

- I — verbais;
- II — escritos.

Art. 88. Será despachado pelo Presidente, imediatamente, o requerimento verbal que solicite:

- I — a palavra ou a sua desistência;
- II — permissão para falar senão;
- III — inserção de declaração ou voto em ata;
- IV — retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição;
- V — verificação de votação;
- VI — informação sobre a ordem dos trabalhos, sobre a pauta ou Ordem do Dia;
- VII — preenchimento de lugar em Comissão;
- VIII — inclusão, em "Ordem do Dia", de proposição em condições regimentais;
- IX — designação de Comissões Especiais.

Art. 89. Será também despachado pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

- I — audiência de comissão;
- II — informações oficiais.

§ 1.º Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a atos dos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Legislativo.

§ 2.º O Presidente encaminhará o requerimento de informações, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

§ 3.º Encaminhado um requerimento de informações, se essas não forem prestadas dentro de dez (10) dias, o Presidente da Assembleia fará reiterar o pedido, através de ofício.

Art. 90. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, os seguintes requerimentos verbais:

- I — de representação da Assembleia por comissão externa;
- II — de prorrogação de sessão da Assembleia para prosseguimento de discussão ou votação de proposição na 2.ª parte da Ordem do Dia, ou para explicação pessoal, obedecido o que preceitua o art. 54 e seus parágrafos, desta Regimento.

Art. 91. Depende de deliberação imediata do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — manifestação de luto oficial ou voto de pesar;
- II — suspensão de sessão;
- III — voto de aplausos, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações por ato público ou acontecimento de alta significação nacional;
- IV — urgência.

Parágrafo único. Os requerimentos de que trata este artigo deverão ser subscritos pelos respectivos autores.

Art. 92. Dependência de deliberação imediata do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito que solicite:

- I — renúncia de membro da Mesa;
- II — adiamento de discussão ou votação;
- III — votação por escrutínio secreto e nominal;
- IV — inserção na ata de documento ou publicação oficial;
- V — sessão extraordinária ou secreta;
- VI — licença de Deputados.

SEÇÃO V
Das Emendas

Art. 93. Emenda é a proposição

apresentada como acessório de outra proposição.

§ 1.º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea a outra, tomando o nome de "substitutivo" quando atingir a outra proposição no seu conjunto.

§ 2.º Emenda supressiva é a que manda suprimir qualquer parte da proposição.

§ 3.º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4.º Emenda modificativa é a que altera uma proposição, sem a modificar substancialmente.

§ 5.º Denomina-se sub-emenda a emenda apresentada a outra.

§ 6.º O Deputado disporá do prazo de quinze (15) minutos para cada discussão de cada emenda.

Art. 94. Não serão aceitas emendas que não sejam pertinentes à proposição.

Art. 95. Na discussão e votação das emendas, far-se-á a preferência, de acordo com a ordem estabelecida nos parágrafos do artigo 93.

SECCAO VI Dos Pareceres

Art. 96. Parecer é a manifestação coletiva de uma Comissão sobre matérias submetidas à sua consideração.

Art. 97. As Comissões deverão apresentar parecer, dentro do prazo máximo de quinze (15) dias, sobre as matérias submetidas ao seu estudo. (Parágrafo único do art. 23, da Constituição Política do Estado).

§ 1.º Nos pareceres, as Comissões deverão cingir-se, exclusivamente, à matéria de sua competência, quer se trate de proposição principal, quer de acessória ou de matéria ainda não objetivada.

§ 2.º O parecer deverá ser assinado pela maioria da Comissão, reservado o direito de votar vencido, apresentar restrições ou dar voto em separado.

§ 3.º Quando o parecer versar sobre o documento ou proposição que não seja projeto, desde que, pelas suas conclusões, deva resultar resolução ou lei, deverá o mesmo apresentar, formulada, a proposição necessária.

Art. 98. Excepcionalmente, a critério do Plenário, o parecer poderá ser verbal.

Art. 99. O parecer, depois de aprovado pela respectiva Comissão, será remetido à impressão, para distribuição em avulso aos Deputados e posterior inclusão em pauta.

TITULO IX Dos Debates e Deliberações SECCAO I Da Pauta

Art. 100. Todas as matérias que estiverem em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia serão incluídas, previamente, em pauta.

Parágrafo único. Nenhuma proposição será incluída em pauta sem que figure no avulso pelo prazo mínimo de vinte e quatro (24) horas, à exceção das referidas nos artigos 88, 89, 90, 91 e 92, deste Regimento.

Art. 101. As proposições destinadas à pauta da sessão seguinte deverão ser anunciadas pelo Presidente, antes do encerramento de cada sessão.

Art. 102. A lista dos processos em pauta será impressa diariamente e distribuída em avulso aos Deputados, conjuntamente com a matéria incluída para os trabalhos da Ordem do Dia.

Art. 103. É permitido ao Presidente, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, excluir de pauta a proposição que

deverá ser remetida a outra Comissão.

SECCAO II Da Discussão

Art. 104. Discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate no Plenário.

Parágrafo único. Toda discussão será precedida da leitura do projeto, emenda, indicação, requerimento ou parecer, depois de impresso.

Art. 105. Em qualquer discussão, salvo expressa disposição regimental, o Deputado só poderá falar uma vez sobre qualquer projeto, obedecendo os seguintes prazos:

I — meia hora, quando em regime de urgência;

II — uma (1) hora, quando em regime normal.

Art. 106. Sobre as demais proposições, o Deputado somente poderá falar dentro dos prazos seguintes:

I — meia hora, para cada requerimento ou substitutivo;

II — quinze (15) minutos, para cada emenda ou sub-emenda.

Art. 107. Os projetos-de-lei serão submetidos a três (3) discussões.

§ 1.º Considera-se primeira discussão aquela a que forem submetidos com os pareceres.

§ 2.º Havendo no mesmo processo pareceres discordantes de diferentes Comissões, será votado, em Plenário, inicialmente, o da Comissão de Constituição e Justiça, em seguida, o da Comissão de Finanças e, depois, o de quaisquer outras Comissões, na ordem do artigo 21, deste Regimento.

§ 3.º A aprovação do parecer contrário à proposição, qualquer que seja a Comissão que o tenha emitido, dispensará a discussão dos mais, determinando a rejeição da proposta.

§ 4.º Os projetos de autoria das Comissões sobre matéria de sua competência entrarão logo em segunda discussão, considerando-se primeira os debates travados nas reuniões das Comissões.

§ 5.º Decorrerá entre as discussões, pelo menos, vinte e quatro (24) horas.

§ 6.º A obrigatoriedade prevista no parágrafo anterior somente será dispensada mediante deliberação do Plenário e quando aprovada por dois terços (2/3) dos Deputados presentes.

Art. 108. Os projetos poderão sofrer, em cada discussão, o adiamento de quarenta e oito (48) horas, mediante requerimento escrito, prazo mínimo, que poderá ser dilatado, em casos especiais, por decisão de dois terços (2/3) dos Deputados presentes.

Art. 109. Sofrerão uma só discussão as seguintes proposições:

I — autorizando o Governo a abrir créditos extraordinários, em caso de alteração da ordem ou calamidade pública;

II — resolvendo sobre convênio com outros Estados;

III — dispondo sobre a economia interna da Assembleia;

IV — concedendo ou negando licença para prisão ou processo do Deputado;

V — qualquer requerimento e parecer sobre o mesmo, que não termine em projeto-de-lei;

VI — redação final dos projetos.

Art. 110. Na primeira discussão não serão aceitas emendas, salvo substitutivos.

§ 1.º Na segunda discussão será aceita qualquer emenda e, encerrado o debate, o projeto será votado, artigo por artigo, com as respectivas emendas.

§ 2.º Na terceira discussão também é permitido oferecer emendas, ainda mesmo as que tiverem sido rejeitadas nas discussões anteriores, votando-se, após o encerramento do debate, o projeto, englobadamente, com ressalva das emendas.

§ 3.º Na votação das emendas, será obedecida a ordem prevista no art. 93.

§ 4.º Aprovado um substitutivo em qualquer das discussões, as emendas aditivas oferecidas ao projeto serão tidas como se apresentadas ao substitutivo aceito, para efeito de votação.

Art. 111. Na primeira e segunda discussões, qualquer Deputado poderá falar uma vez sobre o projeto e sobre cada emenda, e, na terceira, qualquer Deputado também poderá debater o projeto e emendas, por uma vez, sendo facultado aos autores e relatores o uso da palavra por duas (2) vezes, e outra vez sobre cada emenda.

Parágrafo único. Encerrada a discussão e anunciada a votação, cada Deputado poderá usar da palavra uma vez, para encaminhar a votação, pelo prazo de dez (10) minutos.

Art. 112. Na discussão do art. 1.º será permitido falar sobre a sua constitucionalidade e oferecer substitutivo ao mesmo.

Art. 113. Os pareceres que concluírem pela rejeição do projeto, quando aprovados, importarão na refutação do mesmo, que será arquivado.

Parágrafo único. Rejeitado o parecer contrário a qualquer projeto, este será submetido às outras discussões regimentais.

Art. 114. Aprovado algum substitutivo, em qualquer das discussões, as emendas apresentadas ao projeto em debate serão discutidas e votadas, como se tivessem sido apresentadas ao substitutivo aceito.

Art. 115. O encerramento das discussões dos projetos dar-se-á pela ausência de oradores.

Parágrafo único. Encerrada a discussão, o Presidente anunciará a votação do projeto ou proposição e, depois, das emendas, uma a uma de cada vez.

Art. 116. Se em qualquer discussão o projeto receber uma ou mais emendas de vulto, será o processo remetido, obrigatoriamente, à Comissão especializada, para a competente apreciação, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

Parágrafo único. A redação final compete à Comissão de Redação de Leis, com exceção da proposta da lei orçamentária, que será de competência da Comissão de Finanças.

SECCAO III Da Votação

Art. 117. Nenhum projeto passará de uma a outra discussão sem que, encerrada a anterior, haja sido votado.

§ 1.º Nenhuma matéria será votada sem que haja maioria absoluta dos membros da Assembleia.

§ 2.º A votação só será interrompida por falta de número legal, mandando o Presidente anotar os nomes dos Deputados que se hajam retirado da sessão.

Art. 118. O Presidente, toda vez que colocar qualquer proposição em votação, fará soar a campainha e pedirá que os Deputados ocupem as respectivas cadeiras.

Art. 119. São estas as regras de votação:

I — Simbólica;

II — nominal;

III — por escrutínio secreto.

§ 1.º Na votação simbólica, favorável à matéria, os Deputados permanecerão sentados, o que será adotada normalmente.

§ 2.º A votação nominal far-se-á pela chamada dos Deputados, que responderão SIM ou NÃO.

§ 3.º A votação por escrutínio secreto será mediante cédulas impressas ou datilografadas, recolhidas em urna, obrigatório o uso de sobrecartas e gabinete indevas-sável.

§ 4.º Tanto a votação nominal, como a votação por escrutínio secreto, somente serão processadas quando algum Deputado a requerer e a Assembleia aprovar, enquanto que a verificação da votação será feita independentemente de consulta ao Plenário.

Art. 120. A votação será por escrutínio secreto, nas eleições e nos julgamentos dos votos e contas do Governador, na escolha dos membros do Tribunal de Contas e na deliberação de perda de mandato de Deputados.

Art. 121. Anunciada a votação, qualquer Deputado poderá encaminhá-la, falando apenas uma vez, por prazo não superior a dez (10) minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão.

Parágrafo único. Concluída qualquer votação, o Deputado terá o direito de usar da palavra para justificar seu voto, pelo prazo máximo de dez (10) minutos.

SECCAO IV Da Presidência e da Urgência

Art. 122. Denomina-se preferência a primazia na discussão de uma proposição sobre a outra, obedecida a seguinte ordem:

I — projeto de emenda constitucional;

II — abertura de crédito extraordinário por calamidade pública;

III — prestação de contas;

IV — projeto de lei orçamentária;

V — matéria considerada urgente;

VI — licença de Deputados;

VII — conclusões de Comissões Parlamentares de Inquérito;

VIII — "referendum" de convênios assinados pelo Estado;

IX — autorização aos Municípios para contraírem empréstimos. (Art. 84, da Constituição Política do Estado).

Art. 123. Os requerimentos serão sujeitos a deliberação, obedecida a ordem de sua apresentação.

Parágrafo único. Todo requerimento de urgência e preferência será procedido de breve justificativa oral ou escrita sobre a matéria que originou a sua apresentação.

Art. 124. Urgência é a dispensa de exigências regimentais para ser determinada proposição discutida e votada.

§ 1.º Não se dispõem as seguintes exigências:

I — número legal;

II — impressão, com distribuição em avulso;

III — permanência da proposição em pauta, pelo prazo mínimo de vinte e quatro (24) horas;

IV — número de discussões.

§ 2.º Será considerado aceita o requerimento que solicite urgência, quando aprovado por dois terços (2/3) dos Deputados presentes à sessão, sendo facultado ao seu autor usar da palavra para

encaminhar vo-zoito rahrldi ra encaminhar a votação, por prazo nunca superior a cinco (5) minutos.

Art. 125. As proposições que, em regime de urgência, voltarem às Comissões Permanentes por falta de parecer e a requerimento de qualquer Deputado, se, decorrido o prazo estabelecido neste Regimento, não tiverem sido relatadas, serão discutidas e votadas pelo Plenário, isentas de parecer.

TÍTULO X Do Orçamento

Art. 126. Sobre a proposta de lei orçamentária enviada pelo Governador do Estado, a Comissão de Finanças dará parecer dentro do prazo de trinta (30) dias.

Parágrafo único. Se, nesse prazo, não fôr apresentado parecer, o Presidente da Assembléia nomeará uma comissão especial para opinar sobre a proposta, no prazo de dez (10) dias.

Art. 127. Em cada reunião legislativa anual, a Assembléia, durante quinze (15) sessões consecutivas, deliberará exclusivamente sobre o orçamento, não podendo, senão em casos excepcionais e mediante aprovação de dois terços (2/3) dos Deputados presentes, discutir e votar projetos de lei estranhos àquela matéria. (Art. 31, § 4.º, da Constituição Política do Estado).

Parágrafo único. Dentro da exceção prevista neste artigo, terão preferência os projetos de lei ou de resolução que tenham correlação com a proposta orçamentária.

Art. 128. Não será aceita emenda ao projeto de orçamento que:

- I — crie ou suprima cargo ou função;
- II — seja constituída de várias partes que devam ser redigidas como emendas distintas;
- III — transponha dotação de uma para outra tabela;
- IV — crie novos serviços ou encargos.

Art. 129. Na elaboração do orçamento, será observada a seguinte norma:

I — a Assembléia aguardará do Poder Executivo a proposta orçamentária, dentro do prazo estatuído na alínea 12, do artigo 42, da Constituição Política do Estado.

II — se o Poder Executivo não enviar a proposta, a Comissão de Finanças, dentro de vinte (20) dias, formulará um projeto à base da lei orçamentária em vigor, enviando-o à Mesa para impressão, depois do que ficará sobre a mesma para recebimento de emendas, durante oito (8) sessões consecutivas;

III — se o Governador enviar a proposta orçamentária, a Comissão de Finanças apresentará parecer dentro do prazo de trinta (30) dias, remetendo-o à Mesa para a impressão e, após essa formalidade, o projeto de lei orçamentária, permanecerá sobre a Mesa durante oito (8) sessões consecutivas, para recebimento de emendas;

IV — as emendas ao orçamento serão impressas e remetidas à Comissão de Finanças para opinar sobre cada uma delas;

V — se a Comissão de Finanças não apresentar parecer sobre as emendas, dentro do prazo de oito (8) dias, a proposta ou o projeto de orçamento, bem como as respectivas emendas, serão incluídas na Ordem do Dia, para

efeito das discussões regimentais;

VI — as emendas que forem rejeitadas poderão ser renovadas, não sendo permitida, porém, a apresentação de novas emendas em cada discussão;

VII — terminadas as discussões e votações do orçamento, este será enviado à Comissão de Finanças, para redação final, no prazo de dez (10) dias.

Art. 130. O projeto de orçamento sofrerá três (3) discussões e votações, além da redação final.

Art. 131. Se o orçamento não tiver sido enviado à sanção até trinta (30) de novembro, prorrogar-se-á, para o exercício seguinte, o que estiver em vigor. (Art. 32, da Constituição Política do Estado).

TÍTULO XI Dos Vetos

Art. 132. Comunicado o veto ao Presidente da Assembléia, este, dentro de dez (10) dias da comunicação ou da abertura dos trabalhos, submeterá o projeto, ou sem parecer, a uma discussão e votação secreta.

Art. 133. O projeto vetado, total ou parcialmente, pelo Governador do Estado, será distribuído às Comissões competentes, segundo os fundamentos do veto e constituirá, nelas, matéria preferencial.

§ 1.º Desde que se fundamentar o veto na inconstitucionalidade do projeto ou da disposição vetada, será obrigatória a sua remessa à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 2.º A Comissão a cujo exame fôr enviado o projeto vetado deverá emitir parecer dentro de cinco (5) dias úteis, a contar do seu recebimento.

§ 3.º Se as Comissões não se manifestarem sobre o projeto vetado, no prazo do parágrafo anterior, o Presidente o incluirá na Ordem do Dia, independentemente de parecer.

§ 4.º Os vetos serão apreciados em sessão especialmente convocada para esse fim.

§ 5.º Votarão, com a cédula "Sim" os Deputados favoráveis ao veto, e com a cédula "Não" os que o rejeitarem.

§ 6.º O veto será rejeitado e, conseqüentemente, aprovado o projeto, se este obtiver o voto de dois terços (2/3) dos Deputados presentes. Nesse caso, o projeto será enviado ao Poder Executivo, como lei, para as formalidades de promulgação e publicação. (Art. 29, § 3.º, da Constituição Política do Estado).

TÍTULO XII

Da Prestação de Contas

Art. 134. Incumbe à Comissão de Finanças estudar e emitir parecer sobre as contas apresentadas pelo Poder Executivo, relativas ao exercício orçamentário anterior, após prévia audiência no Tribunal de Contas. (Art. 35, § 4.º, alínea XIV, da Constituição Política do Estado).

§ 1.º Se, decorridos trinta (30) dias após a abertura da reunião legislativa anual, não houver a Assembléia recebido a prestação de contas do Governador do Estado, a Comissão de Finanças opinará sobre o relatório apresentado pelo Tribunal de Contas.

§ 2.º Havendo prestação de contas por parte do Poder Executivo, o relator terá o prazo de vinte (20) dias para apresentar parecer.

§ 3.º Havendo apenas relatório do Tribunal de Contas, o prazo

para a Comissão se pronunciar será de dez (10) dias.

Art. 135. Logo que chegam à Assembléia o processo de prestação de contas e o parecer do Tribunal de Contas, o Presidente providenciará sobre sua publicação ou impressão em avulso, remetendo-os, desde logo, à Comissão de Finanças.

Art. 136. Apresentado o parecer da Comissão, dentro do prazo previsto no § 2.º, do artigo 134, será o mesmo incluído em pauta, com o respectivo projeto de resolução, e, dentro de quarenta e oito (48) horas, submetido a uma única discussão na 2a. parte da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Encerrada a discussão, será procedida à votação em escrutínio secreto.

TÍTULO XIII

Da Emenda à Constituição

Art. 137. A Constituição Política do Estado somente poderá ser alterada dentro do que preceitua o § 1.º do art. 128, do seu texto, através de proposição submetida à apreciação e deliberação desta Assembléia Legislativa.

Art. 138. Apresentado à Assembléia o projeto de emenda constitucional, nos termos do artigo anterior, será o mesmo enviado à Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer dentro do prazo regimental e, depois de impresso ou publicado, será incluído em pauta para as discussões regimentais.

Parágrafo único. Somente dar-se-á por aceito o projeto de emenda à Constituição o que tiver sido aprovado em duas discussões sucessivas, efetuadas em dois (2) períodos legislativos ordinários e consecutivos, num total de quatro discussões.

Art. 139. A emenda aprovada será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa. Após a sua publicação, será a mesma anexada, com o respectivo número de ordem, ao texto da Constituição.

TÍTULO XIV

Dos Deputados

SEÇÃO I

Dos Subsídios

Art. 140. Os Deputados perceberão a ajuda de custo por sessão legislativa e o subsídio mensal que forem, em cada Legislatura, fixados para a seguinte.

Parágrafo único. O subsídio será dividido em duas partes: uma fixa, que se pagará no decurso do ano em parcelas mensais, insusceptível de desconto, e outra variável, calculada para cada sessão diária e da qual se deduzirão as faltas de comparecimento verificadas nos termos deste Regimento.

Art. 141. As listas de frequência dos Deputados deverão ser rubricadas pelo 1.º Secretário da Assembléia ou seu substituto, após o encerramento das sessões.

Art. 142. A parte fixa do subsídio será devida:

I — a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados antes da instalação da primeira sessão legislativa;

II — a partir da expedição do diploma, aos Deputados diplomados posteriormente à instalação;

III — a partir da posse, aos Suplentes em exercício.

Art. 143. O Deputado que, tendo comparecido à sessão, deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, e desde que a sua ausência concorra para a

falta de "quorum" no votação, terá descontada a parte variável de seus subsídios.

Art. 144. No caso de ser solicitada verificação de "quorum" na 2a. parte da Ordem do Dia, e não havendo número para votação, não será apontado o "jeton" dos Deputados que, embora presentes no início da sessão, houverem se retirado do Plenário, sem motivo justificado.

Art. 145. Considera-se como presente para os efeitos do artigo anterior, o Deputado que estiver fora da Assembléia, a serviço desta, em comissão externa, constituída na forma regimental.

Parágrafo único. Será considerado a serviço da Assembléia, nos termos deste artigo, o Deputado que, a serviço do mandato que exerce, faltar a quatro sessões, no máximo, por mês.

Art. 146. Não terá direito ao subsídio:

I — o Deputado afastado da Assembléia, nos termos da Constituição Política do Estado, se receber vencimentos no cargo que exerce;

II — o que fôr licenciado para tratar de interesses particulares.

Art. 147. Será paga ajuda de custo ao Suplente no exercício do mandato, mas, apenas, uma vez por sessão legislativa.

Art. 148. Na última reunião anual de cada Legislatura, a Comissão de Finanças apresentará projeto de resolução fixando os subsídios e a ajuda de custo dos Deputados.

Art. 149. Nenhuma proposição será aceita pela Mesa visando dispôr dos subsídios dos Deputados, seja qual fôr a sua finalidade.

SEÇÃO II

Da Licença

Art. 150. O Deputado poderá obter licença, nos seguintes casos:

I — para desempenhar função diplomática;

II — para participar de congressos, conferências, reuniões culturais e cursos de extensão universitária;

III — para exercer funções de Governador do Estado, Ministro, Secretário de Estado ou do Município da Capital e Interventor Federal ou Municipal;

IV — para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa de sua família;

V — para tratar de interesses particulares.

§ 1.º O requerimento de licença deverá ser dirigido ao Presidente da Assembléia, lido como matéria de Expediente, na primeira sessão após sua entrega à Mesa, para votação na 1a. parte da Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 2.º No caso de licença para tratamento de saúde, o Deputado somente perceberá a parte fixa dos seus subsídios.

§ 3.º Quando nomeado para exercer as funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou do Município da Capital, e Interventor Federal ou Municipal, o Deputado poderá optar pela percepção dos seus subsídios ou pelos vencimentos do cargo para o qual foi nomeado.

§ 4.º Quando o Deputado estiver no exercício de alguma Secretaria de Estado, ou quando o 1.º Vice-Presidente da Assembléia estiver no exercício do Governo do Estado, o Suplente assumirá a vaga, automaticamente, como Deputado efetivo, percebendo

do os subsídios fixos, mesmo que a Assembléa esteja em recesso.

§ 5.º Ao Deputado que, por motivo de doença, se encontre hospitalizado, impossibilitado de comparecer às sessões ou de atender aos deveres do exercício do mandato, será concedida licença para tratamento de saúde, com a percepção integral dos subsídios, à exceção, apenas, da parte variável devida pelas sessões extraordinárias.

§ 6.º A licença, nos termos do parágrafo anterior, não será concedida por período superior a cento e vinte (120) dias, só podendo ser renovada, em cada Legislatura, até que se completem doze (12) meses.

§ 7.º O requerimento para obtenção de licença para tratamento de saúde deverá ser instruído por atestado médico, subscrito por dois facultativos, devidamente reconhecida por tabelião as suas assinaturas, e a licença será concedida sempre que os médicos que confirmarem o laudo atestarem que o Deputado não pode continuar no exercício ativo do mandato, sem grave prejuízo para a sua saúde. Quando houver prorrogação de licença assim deferida, ou requerimento por Deputado que, durante a Legislatura, já tenha gozado, por mais de cento e vinte (120) dias, a Mesa fica a faculdade de fazer confirmar o laudo por médico de sua indicação.

§ 8.º O Suplente, quando convocado nos casos das alíneas I, II e III, deste artigo, poderá praticar todos os atos inerentes ao mandato de Deputado, inclusive votar nas eleições para a renovação da Mesa.

Art. 151. Não se concederá, no decorrer da Legislatura, mais de seis (6) meses de licença, ainda que parcialmente, para cada Deputado tratar de interesses particulares.

Art. 152. Não haverá licença por tempo indeterminado, ressalvadas as hipóteses dos itens I, II e III, do art. 150, sendo, porém, permitida a prorrogação para tratamento de saúde, a critério da Assembléa.

Art. 153. Finda a licença, o Deputado deverá voltar ao exercício das funções, sob pena de perda do mandato, depois de decorrido o prazo a que se refere o § 1.º, do art. 14, da Constituição Política do Estado.

Art. 154. No caso de licença, perda de mandato, renúncia, falecimento ou assunção ao Governo do Estado, na hipótese do Presidente, a Mesa convocará o respectivo Suplente, através de ofício, telegrama ou publicação no DIÁRIO OFICIAL.

§ 1.º O Suplente convocado para substituir o Deputado, no gozo de licença prevista nas alíneas I, II e III, do artigo 150, perceberá os subsídios enquanto durar o tempo de licença, mesmo que a Assembléa esteja em recesso.

§ 2.º O Suplente convocado para substituir o Deputado licenciado para tratamento de saúde somente perceberá as mesmas vantagens do substituído, enquanto estiver em funcionamento a Assembléa Legislativa.

§ 3.º O Suplente que for convocado, em qualquer oportunidade, perceberá a parte fixa dos vencimentos e a referente às sessões a que comparecer, durante todo o tempo que durar a sua

convocação.

Art. 155. O Suplente convocado para substituição de Deputado ou preenchimento de vaga terá o prazo de trinta (30) dias para tomar posse, findo o qual será convocado o Suplente seguinte, do mesmo Partido a que pertencer a vaga.

§ 1.º O Suplente convocado somente poderá licenciar-se após trinta (30) dias de exercício do mandato de Deputado.

§ 2.º Essa licença, que não poderá exceder da noventa (90) dias por cada período legislativo, será concedida com remuneração, quando para tratamento de saúde.

Art. 156. O Deputado licenciado que, por qualquer motivo, deixar de assistir da licença antes do término da mesma, deve, obrigatoriamente, comunicar à Mesa, por escrito ou oralmente, em Plenário, com antecedência de vinte e quatro (24) horas.

SEÇÃO III

Da Perda de Mandato

Art. 157. O Deputado perderá o mandato, nos casos previstos no art. 14, da Constituição Política do Estado.

§ 1.º A perda de mandato de Deputado dar-se-á nos termos do § 1.º, do art. 14, da Constituição Política do Estado, mediante convocação de qualquer Membro da Assembléa ou representação documentada de Partido Político ou do Procurador Geral do Estado.

§ 2.º Recebida pela Mesa, será a representação enviada à Comissão de Constituição e Justiça para a instauração do respectivo processo, assegurada ampla defesa ao acusado.

§ 3.º A Comissão concederá ao Deputado o prazo de quinze (15) dias para apresentar defesa por escrito e, em seguida, apresentará parecer, no prazo de dez (10) dias.

§ 4.º No Caso de a Comissão concluir pela procedência da representação, formulará projeto de resolução nesse sentido e o enviará, conjuntamente com o parecer, à Mesa para impressão e ulteriores regimentais.

§ 5.º Quando a Comissão de Constituição e Justiça julgar desnecessária a instauração de processo, proporá à Assembléa o arquivamento da representação.

Art. 158. O processo de perda de mandato, por procedimento incompatível com o decóro parlamentar, será instaurado por iniciativa da Mesa ou mediante representação fundamentada e assinada, no mínimo, por treze (13) Deputados.

§ 1.º Será nomeada pelo Presidente da Assembléa uma comissão especial de sete (7) Membros, que se incumbirá do processo e dará parecer à Assembléa, assegurada ampla defesa do acusado.

§ 2.º Tanto o parecer como o projeto de resolução, formulado quando houver procedência a representação, serão enviados à Mesa para impressão e ulteriores regimentais.

Art. 159. No caso de perda de mandato, previsto no § 1.º, do art. 14, da Constituição Política do Estado, a Assembléa deliberará pela expressão de sua maioria absoluta.

§ 1.º No caso estatuído no § 2.º, do art. 14, da Constituição Política do Estado, a perda do mandato será declarada pelo voto de dois (2/3) terços dos membros da Assembléa.

§ 2.º O voto para a deliberação da perda de mandato será secreto.

SEÇÃO IV

Da Renúncia

Art. 160. O pedido de renúncia do mandato de Deputado, feito do próprio punho, com firma reconhecida, será aceito pela Assembléa, independentemente de aprovação.

Parágrafo único. A Mesa aguardará o prazo de cinco (5) sessões consecutivas para dar conhecimento ao Plenário do pedido de renúncia.

TÍTULO XV

Dos Secretários de Estado

Art. 161. A convocação de Secretários de Estado, aprovada pela Assembléa, ser-lhe-á comunicada pelo 1.º Secretário, em ofício com indicação das informações desejadas, para que escolha dia e hora da sessão em que deva comparecer, dentro do prazo de dez (10) dias.

Parágrafo único. O Secretário de Estado que comparecer perante a Assembléa terá na primeira cadeira da bancada da Maioria, e o momento de ocupar a tribuna, de onde falará.

Art. 162. Quando um Secretário de Estado desejar comparecer à Assembléa ou a qualquer de suas Comissões para prestar esclarecimentos ou solicitar providências, será designado, por uma ou por outra, o dia e hora para recebê-lo.

Parágrafo único. Ao comparecimento a qualquer Comissão o Secretário de Estado sentará à direita do respectivo Presidente.

Art. 163. Anunciada a presença do Secretário de Estado na Casa, o Presidente da Assembléa designará o 1.º Secretário para recebê-lo e introduzi-lo no recinto.

Art. 164. O Secretário de Estado só usará da palavra quando concedida pela Mesa, e ocupará a tribuna na 1.ª parte da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Se, esgotado o tempo, não houver o Secretário de Estado terminado sua exposição ou esclarecimento, passará a Assembléa a deliberar sobre a matéria em pauta, inscrita na 2.ª parte da Ordem do Dia, e, esgotada a matéria em discussão ou o tempo, o Presidente, de ofício, dará por prorrogada a sessão por mais uma (1) hora, para a conclusão das informações do Secretário de Estado.

Art. 165. O Secretário de Estado ou pessoa convocada para prestar esclarecimentos à Assembléa não poderá negar os apurados que lhe forem solicitados, terá o tratamento de Excelência e ficará sujeito ao Regimento Interno, no que lhe for aplicável.

Art. 166. O Secretário de Estado não poderá se fazer representar na convocação e, quando não possa comparecer por motivo de saúde, deverá apresentar justificativa por escrito, com atestado médico firmado por dois profissionais.

Parágrafo único. Comunicado à Casa o seu restabelecimento, novo dia e hora serão marcados para seu comparecimento.

Art. 167. Em caso de recusa do Secretário de Estado para atender à convocação da Assembléa, será nomeada uma comissão especial para estudar a matéria que motivou a convocação, apurar a responsabilidade que no caso houver, dentro do prazo de dez (10) dias, a apresentar parecer

sugerindo as medidas mais convenientes.

TÍTULO XVI

Da Polícia da Assembléa

Art. 168. O policiamento da Assembléa e de suas dependências internas compete, privativamente, à Mesa, sob a direção do Presidente, sem intervenção de qualquer outro Poder.

Parágrafo único. Os agentes da Polícia comum ou força pública, requisitados ao Poder Executivo, serão portos a inteira e exclusiva disposição da Mesa e dirigidos por pessoa que ela designar.

Art. 169. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões públicas, desde que se apresente com respeito, desarmado e sem dar sinal de aplausos ou reprovação ao que se passar na Assembléa.

Parágrafo único. Aquelas que perturbarem ou desrespeitarem a sessão serão compelidos a sair, imediatamente, do recinto da Assembléa e, em caso de resistência, presos e entregues à autoridade competente para os ulteriores de direito.

Art. 170. O Presidente, para a manutenção da ordem, poderá mandar evacuar as galerias e se julgar conveniente, suspender a sessão.

Art. 171. No recinto da Assembléa, durante as sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da publicidade devidamente autorizados, que ocuparão os lugares que lhes forem destinados, sendo-lhes expressamente proibido tomar assento nas bancadas reservadas aos Deputados, especialmente no decorrer dos trabalhos.

§ 1.º As empresas jornalísticas e de rádio-difusão deverão comunicar ao Presidente da Assembléa os nomes de seus representantes, os quais deverão exibir a respectiva carteira de identidade, quando solicitada pelo serviço de polícia da Casa.

§ 2.º Haverá local reservado para as pessoas de destaque, convidadas especiais, Vereadores Municipais, membros do corpo diplomático e autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Art. 172. Quando, no recinto ou dependência da Assembléa, for cometido algum delito, será determinada a prisão do criminoso e, imediatamente, instaurado inquérito presidido por um dos membros da Mesa, designado pelo Presidente.

§ 1.º Servirá de escrivão, no inquérito, um funcionário da Secretaria da Assembléa.

§ 2.º Serão observados, no inquérito, as leis de processo e os regulamentos da Polícia Civil do Estado.

§ 3.º O inquérito, depois de concluído, será enviado, com o delinqüente, à autoridade judiciária.

Art. 173. Se algum Deputado cometer excesso dentro do recinto da Assembléa, caberá à Mesa levar o fato ao conhecimento da Casa, que deliberará a respeito, em sessão secreta.

TÍTULO XVII

Da Secretaria

Art. 174. A Assembléa Legislativa terá uma Secretaria constituída de um quadro especial, cuja organização, vencimentos e vantagens de seu pessoal serão estabelecidos em resolução própria.

§ 1.º Os cargos constantes do quadro especial da Secretaria se-

rão isolados, de provimento efetivo, exceto aqueles que não forem assim considerados por resolução especial.

§ 3.º É assegurado aos funcionários da Secretaria da Assembleia, que secretariarem os trabalhos das Comissões Permanentes ou especiais, a gratificação de cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 150,00) por sessão, não podendo o total dessa gratificação ultrapassar um terço do valor dos respectivos vencimentos mensais.

Art. 175. Os serviços administrativos da Assembleia serão feitos pela sua Secretaria, que terá um Regulamento aprovado pela Assembleia.

Art. 176. As despesas realizadas pela Assembleia, por conta de dotações orçamentárias e de créditos especiais, estão sujeitas a prestação de contas.

Parágrafo único. A Mesa apresentará os comprovantes das despesas realizadas no ano, as quais serão submetidas à deliberação do Plenário, dentro de dez (10) dias da instalação da Assembleia.

Art. 177. Os funcionários da Secretaria serão nomeados pelo Presidente em exercício, que assinará os respectivos atos com os 1.º e 2.º Secretários.

§ 1.º São também da competência do Presidente a admissão, demissão, a licença e a aposentadoria dos servidores da Secretaria.

§ 2.º Os atos da que trata este artigo serão obrigatoriamente submetidos à consideração do Plenário, após incluídos no Expediente, para serem apreciados na 1.ª parte da Ordem do Dia.

Art. 178. Aos funcionários da Secretaria são asseguradas as mesmas vantagens previstas em lei para os servidores públicos, em geral.

Parágrafo único. Nenhuma proposição que modifique os serviços da Secretaria ou altere as condições de seu pessoal será submetida a deliberação, sem que

primeiro seja ouvida a Mesa.

TÍTULO XVIII

Da Reforma do Regimento

Art. 179. O Regimento Interno só poderá ser modificado mediante resolução da Assembleia.

§ 1.º A Mesa dará parecer, dentro do prazo de quinze (15) dias, sobre o projeto de resolução nesse sentido.

§ 2.º Projeto e parecer, depois de impressos, publicados ou distribuídos em avulso, aos Deputados, serão incluídos na Ordem do Dia para duas (2) discussões regimentais.

§ 3.º Se o projeto sofrer emenda será remetido à Mesa para redação final, no prazo de cinco (5) dias, e, depois, incluído na Ordem do Dia para discussão única.

Art. 180. Só será aceita emenda, ao Regimento, subscrita por um mínimo de nove (9) Deputados ou apresentada pela Mesa da Assembleia.

TÍTULO XIX

Das Disposições Finais

Art. 181. O presente Regulamento Interno, depois de aprovado pela Assembleia, será assinado pelos membros da Mesa, que o mandará publicar na Imprensa Oficial.

Art. 182. Os casos omissos neste Regimento serão subsidiariamente resolvidos com base nos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal.

Art. 183. Este Regimento Interno, depois de promulgado pela Mesa da Assembleia, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 29 de maio de 1961.

Dionísio Bentes da Carvalho

Presidente, em exercício

Avelino Maximo Martins

1.º Secretário

Acindino Pinheiro de Campos

2.º Secretário

Polícia Militar do Estado, Manoel Lourenço do Nascimento.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, III, I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo número 01250-60 — OT — SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º. Fica retificado, nos termos do Acórdão n. 3526, de 28 de outubro de 1960, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, o Decreto n. 3135, de 26 de setembro do mesmo ano, que promoveu a graduação de 30. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, o cabo da Polícia Militar do Estado, Manoel Lourenço do Nascimento e reformou-o na aludida graduação, que, em consequência desta retificação, passará a perceber os proventos de nove mil quinhentos e sessenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 9.565,60) mensais, ou sejam cento e quatorze mil setecentos e oitenta cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 114.787,20) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1.º de setembro de 1960.

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de maio de 1961.

(aa.) Aurélio Corrêa do Carmo, Governador do Estado. — Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça.

Ao receber dito expediente, a douta Presidência lavrou o seguinte despacho a fls. 46:

"O venerando Acórdão n. 3526, de 28 de outubro de 1960, condensa uma decisão preliminar desta Egrégia Corte, relacionada a este processo. A sua publicação ocorreu no "Diário da Assembleia" n. 1136, anexo ao DIÁRIO OFICIAL n. 19.446, de 12 de novembro. Constituiu a diligência ao Chefe do Poder Executivo no seguinte: a) especificação de zona de guerra e do tempo de serviço relacionados ao beneficiário, com a contagem em dobro do tempo de serviço no período de guerra; b) cálculo dos proventos anuais numa das seguintes hipóteses: I — Cr\$ 114.787,20, se o tempo de serviço fosse inferior a 20 anos; II — Cr\$ 125.222,40, se o tempo de serviço correspondesse a 20 anos certos ou os ultrapassasse. A diligência não foi rigorosamente cumprida. O novo decreto Executivo atribuiu ao reformado os proventos anuais de Cr\$ 114.787,20 (fls. 22), considerando a nova informação do Comando Geral da Polícia Militar do Estado (fls. 31). Sucede, porém, que nessa informação ficou expresso ter o beneficiário servido em todo o período da guerra do Brasil com as nações do Eixo, de 31 de agosto de 1942, a 6 de maio de 1945, no total de 2 anos, 6 meses e 11 dias, embora com permanência na capital. Como o Tribunal já firmou jurisprudência que mesmo localizado na capital o militar faz jus à contagem em dobro do período correspondente ao conflito e

como no cálculo de seu tempo de serviço — 17 anos, 4 meses e 22 dias (fls. 37) — não foram incluídos os 2 anos, 8 meses e 11 dias do tempo em dobro, verifica-se o seguinte: elevado o tempo de serviço para 20 anos, 1 mês e 3 dias, os proventos anuais, segundo o venerando Acórdão, totalizam a Cr\$ 125.222,40, por ano, e no Cr\$ 114.787,20. Contudo, ante o resultado que a diligência apresenta, determino à Secretaria o encaminhamento dos presentes autos ao exmo. sr. Ministro Relator José Maria de Vasconcelos Machado para que, no prazo legal, se pronuncie a respeito.

A Secretaria, para fazer a remessa nos termos do art. 29 do Regimento Interno.

Belém, 12 de maio de 1961.

(a.) Elmiro Gonçalves Nogueira, Presidente.

Tal despacho, por si só, já é bem um circunstancial relatório do feito, de que deixa o douto Plenário perfeitamente inteirado.

VOTO

Faço ao expendido, pois, convertendo o presente julgamento em diligência, a fim de serem devidamente atribuídos ao reformado os proventos anuais de Cr\$ 125.222,40 (cento e vinte e cinco mil duzentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos).

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com o relator, pela diligência".

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza: — "Pela conversão".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Ratificando o voto que profere na decisão preliminar (Acórdão n. 3526, de 28-10-60), nego o registro pelas razões ali expostas".

Elmiro Gonçalves Nogueira
Ministro Presidente

José Maria de Vasconcelos Machado
Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
Mário Nepomuceno de Souza
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3872

(Processo n. 8294)

Requerente — Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que a Secretaria de Estado do Interior e Justiça, encaminhou a este Corte de Contas, com o ofício n. 275, de 8 de maio em curso, no dia imediato recebido e protocolado sob o n. 327, a fls. 178-79, do Livro n. II, para efeito do competente registro, nos termos legais, o Decreto n. 3456, de 3 de maio em apêço, retificando o Decreto n. 3135, de 26 de setembro de 1960, que promoveu a graduação de 30. sargento, o cabo da Polícia Militar do Estado Manoel Lourenço do Nascimento;

Acórdão os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o subsequente voto do exmo. sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, conceder o registro solicitado.

Belém, 23 de maio de 1961.

(aa.) Elmiro Gonçalves Nogueira, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Ministro Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — Mário Nepomuceno de Souza.

Voto do sr. ministro José Maria

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ACÓRDÃO N. 3870

(Processo n. 3158)

(2.º Julgamento)

Requerente — Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que a Secretaria de Estado do Interior e Justiça, encaminhou a esta Corte de Contas, com o ofício n. 275, de 8 de maio em curso, no dia imediato recebido e protocolado sob o n. 327, a fls. 178-79, do Livro n. II, para efeito do competente registro, nos termos legais, o Decreto n. 3456, de 3 de maio em apêço, retificando o Decreto n. 3135, de 26 de setembro de 1960, que promoveu a graduação de 30. sargento, o cabo da Polícia Militar do Estado Manoel Lourenço do Nascimento;

Acórdão os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto do exmo. sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo atribua ao reformado os proventos anuais de Cr\$ 125.222,40 (cento e vinte e cinco mil duzentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos), a que

faz jus nos termos do subsequente voto orientador.

Belém, 23 de maio de 1961.

(aa.) Elmiro Gonçalves Nogueira, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — Mário Nepomuceno de Souza.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — RELATÓRIO: "Para julgamento a consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1846, de 12 de fevereiro de 1960, o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Tribunal com o ofício n. 275, de 8 de maio em curso, o Decreto n. 3456, de 3 de maio em apêço, retificando o Decreto n. 3135, de 26 de setembro de 1960, que, nos termos da Lei n. 1524, de 24 de março de 1958, promoveu a graduação de 30. sargento, o cabo da Polícia Militar do Estado Manoel Lourenço do Nascimento.

É deste teor o novo Decreto: "DECRETO N. 3456 — DE 3 DE MAIO DE 1961

Retifica o Decreto n. 3135, de 26 de setembro de 1960, que promoveu a graduação de 30. sargento, o cabo da

de Vasconcelos Machado, Relator.
— RELATÓRIO: "Para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1846, de 12 de fevereiro de 1960, o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a esta Corte de Contas, com o ofício n. 294, de 16 do corrente, o Decreto n. 3468, de 12 deste mês, retificando o de n. 3243, de 11 de novembro de 1960, que promoveu, ao posto de major, o capitão da Polícia Militar do Estado José Alves de Lavor."

Eis o teor do novo decreto:
"DECRETO N. 3468 — DE 12 DE MAIO DE 1961"

Retifica o Decreto n. 3243, de 11 de novembro de 1960, que promoveu ao posto de major, o Capitão da Polícia Militar do Estado, José Alves de Lavor.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo número 01453-60 — OF — SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º. Fica retificado, nos termos do Acórdão n. 3817, de 16 de dezembro de 1960, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, o Decreto n. 3243, de 11 de novembro do mesmo ano, que promoveu ao posto de major, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, o Capitão da Polícia Militar do Estado, José Alves de Lavor e reformá-lo no aludido posto, que em consequência desta retificação passará a perceber os proventos de vinte e três mil duzentos e quarenta e sete cruzeiros (Cr\$ 23.247,00) mensais, ou sejam duzentos e setenta e oito mil novecentos e sessenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 278.964,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1.º de setembro de 1960.

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.

(aa.) Aurélio Corrêa do Carmo, Governador do Estado.
— Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça."

É o seguinte o Acórdão n. 3617, ora cumprido:

"Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de ser especificado e contado em dobro, nos autos, o tempo em que o reformado serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 1.º do Decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, e devidamente retificados, no Decreto governamental, os respectivos proventos, nos termos do subsequente voto do exmo. sr. ministro relator.

Vale esclarecer-se que o voto orientador adotado concluiu pela retificação dos proventos anuais do reformado, de Cr\$ 285.000,00 para Cr\$ 278.964,00, como consta do Decreto "sub judice".

No ofício n. 70-A-61, de 3 de março transato, constante de fls. 42, o Comando Geral da P.M.E.

atestou haver o interessado servido àquela corporação nesta Capital no período do último estado de guerra entre o Brasil e as potências do Eixo, tendo, entretanto, deixado de computar-lhe em dobro tal período, do que, todavia, nenhum prejuízo resultou para o recém-promovido, em cujos proventos foram devidamente incluídos 20% de adicional, precisamente o máximo a que o mesmo faz jus com ou sem tal contagem em dobro, pelo que esta, na espécie, pode ser considerada dispensável.

VOTO

Regularizado, pois, o processo, com o necessário cumprimento do citado Acórdão e a consequente exatidão dos proventos da promoção ora em julgamento, defiro-lhe o registro solicitado.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acórdão".

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza: — "Concedo o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Não participei do julgamento inicial, em que foi proferida a decisão preliminar desta Corte. Mas, esclarecido pelo voto do exmo. sr. ministro Relator, nego o registro porque houve inclusão do adicional sobre a soma dos vencimentos com as vantagens, quando esse adicional deve incidir apenas sobre os vencimentos".

Elmiro Gonçalves Nogueira
Ministro Presidente
José Maria de Vasconcelos Machado
Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
Mário Nepomuceno de Souza
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3373

(Processo n. 8296)

Requerente — Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que a Secretaria de Estado do Interior e Justiça enviou a este Tribunal, com o ofício n. 293, de 16 do fluente, no dia imediato protocolado sob o n. 358, a fls. 181, do Livro n. 2, para efeito do competente registro, nos termos legais, o Decreto n. 3464, de 12 de maio em curso, retificando o Decreto 3464, de 12 de maio em curso, retificando o Decreto n. 3398, de 16 de março de 1961, que retificou o que promoveu, ao posto de 3.º sargento, o cabo da Polícia Militar do Estado Sidraque Pereira:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o subsequente voto do exmo. sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, conceder o registro solicitado.

Belém, 23 de maio de 1961.
(aa.) Elmiro Gonçalves Nogueira, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — Mário Nepomuceno de Souza.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: — RELATÓRIO: "Para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1846, de 12 de fevereiro de 1960, o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior

e Justiça, remeteu a esta Corte de Contas, com o ofício n. 293, de 16 do corrente, o Decreto n. 3464, de 12 deste mês, retificando o de n. 3398, de 16 de março de 1961, que retificou o que promoveu, ao posto de 3.º sargento, o cabo da Polícia Militar do Estado Sidraque Pereira.

Eis o teor do novo Decreto:
"DECRETO N. 3464 — DE 12 DE MAIO DE 1961"

Retifica o Decreto n. 3398, de 16 de março de 1961, que retificou o de n. 3217, de 9 de novembro de 1960, que promoveu ao posto de 3.º sargento, o cabo da Polícia Militar do Estado, Sidraque Pereira.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo número 0578-61 — OF — SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º. Fica retificado, nos termos do Acórdão n. 3810, de 7 de abril do corrente ano, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Decreto n. 3398, de 16 de março do mesmo ano, que retificou o de n. 5217, de 9 de novembro de 1960, que promoveu ao posto de 3.º sargento, de acordo com a Lei 1524, de 4 de março de 1958, o cabo da Polícia Militar do Estado, Sidraque Pereira e reformá-lo no aludido posto, que em consequência desta retificação passará a perceber os proventos de dez mil quatrocentos e trinta e cinco cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 10.435,20) mensais, ou sejam cento e vinte e cinco mil duzentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 125.222,40) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1.º de setembro de 1960.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.

(aa.) Aurélio Corrêa do Carmo, Governador do Estado. — Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça."

Ministério da Educação e Cultura

DIRETORIA DO
ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE DO PARÁ

Faculdade de Medicina

Concurso para docente livre de todas as cadeiras do Curso médico da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará.

De ordem do Sr. Dr. Diretor, Professor doutor Affonso Rodrigues Filho, faço público que a Secretaria da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, a partir das oito (8,00) horas do dia (15) de maio até o dia (15) de setembro de mil novecentos e sessenta e um (1961),

É o seguinte o Acórdão n. 3810, ora cumprido:

"Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto, em parte, do exmo. sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo atribua ao reformados os proventos anuais de Cr\$ 12.522,40 (cento e vinte e cinco mil duzentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos), o que faz jus, nos termos do subsequente voto orientador".

Vale esclarecer-se que o voto orientador adotado concluiu pela retificação dos proventos anuais do reformado, de Cr\$ 114.312,00 para Cr\$ 125.222,40, como consta do Decreto "sub judice".

No ofício n. 56-A-61, de 1.º de março transato, constante de fls. 43, o Comando Geral da P.M.E. atestou haver o interessado servido àquela corporação nesta Capital no período do último estado de guerra entre o Brasil e as potências do Eixo, tendo, entretanto, deixado de computar-lhe em dobro tal período, do que, todavia, nenhum prejuízo resultou para o recém-promovido, em cujos proventos foram devidamente incluídos 20% de adicional, precisamente o máximo a que o mesmo faz jus com ou sem tal contagem em dobro, pelo que esta, na espécie, pode ser considerada dispensável.

VOTO

Regularizado, pois, o processo, com o necessário cumprimento do citado Acórdão e a consequente exatidão dos proventos da promoção ora em julgamento, defiro-lhe o registro solicitado.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acórdão".

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Souza: — "Concedo o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Ratificando o voto que proferi na decisão anterior (Acórdão n. 3810, de 7-4-61), nego o registro pelas razões ali expostas".

Elmiro Gonçalves Nogueira
Ministro Presidente
José Maria de Vasconcelos Machado
Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
Mário Nepomuceno de Souza
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

às dezessete (17.00) horas, receberá inscrição ao concurso de títulos e de provas para docente livre de todas as cadeiras do curso médico.

Os interessados deverão dirigir-se à Secretaria da Faculdade para os esclarecimentos necessários.

Secretaria da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, Belém, 8 de maio de 1961.

(a) Mariaiva Ferreira Macedo, Escriturário, nível 10 B, respondendo pelo expediente da Secretaria.

VISTO:

(a) Prof. Dr. Affonso Rodrigues Filho, Diretor.

(Ext. — Dias — 16/5 e 19/7/61)